

*Raimundo Girão*

**A MARCHA DO  
POVOAMENTO  
DO VALE DO JAGUARIBE  
(1600 - 1700)**

1986

*Raimundo Girão*

**A Marcha do Povoamento  
do Vale do Jaguaribe  
(1600-1700)**

FORTALEZA — CEARÁ

1986

## **S U M Á R I O**

- 1. A PAISAGEM**
- 2. O OUTÓCTONE**
- 3. ETAPAS DA OCUPAÇÃO**
- 4. ORIGEM DOS OCUPANTES**
- 5. SEQUÊNCIA DA EXPANSÃO DEMOGRÁFICA**

## **BIBLIOGRAFIA**

## A PAISAGEM

Tem-se comparado a configuração do território cearense a de um barrete frígido, cuja base será a linha atlântica. A delimitação dessa área é quase natural: ao norte, o Oceano e a leste, uma sucessão de serras que se inicia com a chapada do Apodi, separando o Ceará do Rio Grande do Norte e se continua com várias montanhas baixas — Cachorro Morto, Padres, S. Miguel, que dividem as vertentes dos rios Salgado e Piranhas, separando-o da Paraíba; ao sul, a Serra do Araripe, com o seu majestoso e areiento chapadão, separando-o de Pernambuco e, em parte, do Piauí; e o oeste, a Serra Grande ou Ibiapaba (a Guapava ou Buapava como era conhecida primitivamente), separando-o deste último Estado.

Os alcantís dessas serranias são os bordos de uma vasta planície a elevar-se do mar para o interior e aqui e ali quebrada por elevações mais pronunciadas — serrotes e serras, umas secas, quase improdutivas, e outras verdes, de grande fertilidade.

Tais relevos do solo armam uma seqüência um tanto irregular de serras arqueanas, orientada mais ou menos de



norte a sul, que tem começo na do Bom Tempo ou Juá, perto da orla marítima, e segue com as do Cauipe ou Japuará, Maranguape, Aratanha, Baturité ou Guaramiranga, do Machado, das Matas, da Pedra Branca ou Santa Rita, do Calogi, da Pipoca, S. Joaquim, Joaninha, chegando à Serra Grande. É o chamado Cordão Central da orografia do Ceará, dividindo-o assim em duas vertentes: a vertente norte, de que é expoente o rio Acaraú, e a vertente sudeste, que ocupa cerca de 3/4 do território e cujo grande representante é o rio Jaguaribe, completando-se com outros mais fracos: o Pirangi, o Choró, o Pacoti, o Cocó e o Ceará.

O rio Jaguaribe tem-se como o maior rio seco do Mundo: é, como os demais cursos d'água cearenses, de alimentação pluviosa, não perene, apresentando o seu leito, logo passadas as chuvas, apenas alguns poços, maiores ou menores. As suas cheias são violentas e rápidas, causando não raro perigosas inundações. Nele, como nos seus mais possantes afluentes, podemos observar muita diversidade de aspectos, quer no tocante ao talvegue, ora arenoso, ora pedregoso, quer no tocante às suas margens, aqui barrancadas, impermeáveis e estéreis, ali abrindo-se às vezes em *coroas*, mais elevadas, de terras areno-argilosas ou silico-argilosas, alagadiças, umas e outras de enorme fertilidade. Tais solos, de caráter aluvial e portanto oioctônicos, resultam de detritos e húmus trazidos pelas águas e aí depositados em camadas mais grossas ou mais tênues.

Nas *coroas*, o solo tem, em geral, permeabilidade conveniente, e a vegetação, nesse terreno assim frouxo, pode lançar raízes mais profundas, alimentando-se mais fartamente, de modo que possam resistir com vantagem aos estios prolongados: as árvores são mais robustas e de maior porte, e a flora periódica vive e cresce mais. Nas várzeas, não aparecem, via de regra, as grandes árvores e nelas os carnaubais higrófilos florescem, dando feição típica à região: a flora periódica, na maioria herbácea, oferece-se variada e rica, se bem que, não raro, se mostre pronunciadamente halófito.

A complicada rede de tributários e subtributários dos rios mais caudalosos do Ceará, e nisso a do Jaguaribe é surpreendentemente abundante, descendo das serras e elevações, correm através de terras das mais diversas contexturas, desde as colúviais dos sopés das serras e nas partes superiores dos vales, até as aluviais das lombadas, dos altos e dos planaltos. Aquelas, conseqüências do arrastamento, pelas águas, dos detritos das rochas acumuladas na base das montanhas e suas proximidades; a vegetação, aí, satisfazendo-se de elementos contidos na argila ferruginosa, vermelha, quando não roxa, robustece favoravelmente. Estas, produto de decomposição de rochas no próprio lugar, nem sempre, pela delgadeza nas camadas, se prestam ao bom desenvolvimento da flora. Se não são de todo sáfaras.

Não só a multiplicidade desses aspectos da natureza, do solo e do seu relevo, como a multiplicidade de espécies florísticas aliadas a uma pobreza de estatura que chega, por assim dizer, ao raquitismo, fazem ambos os fatores da maior parte do interior do Ceará, do *sertão*, um conjunto de condições difíceis para a vida vegetal e animal, a que as incertezas do clima dão, quase periodicamente, feição muito séria, dir-se-á dolorosa. A caatinga, na linguagem indígena — “mato branco ou mato ralo” — que se caracteriza pela débil presença da associação arbórea ao lado de mais densa associação herbácea e efêmera, virente nas épocas chuvosas e estiolada nos verões fortes, veste quase três quintos da superfície cearense. Poder-se-ia dizer que o sertão é a caatinga. A caatinga dos juazeiros (*Zizyphus cearensis*), paradoxalmente mais verdes quanto mais seco o tempo, dos paus brancos (*Auxemma oncocalyx*), dos jucás (*Caesalpinia férrea cearense*), das aroeiras (*Schinus* sp.), das catingueiras (*Caesalpinia bracteosa*), dos angicos (*Piptadenia colubrina*), das juremas pretas (*Mimosa nigra*), dos sabiás (*Mimosa caesalpiniaefolia*), das umburanas (*Bursera leptophlaveos*). Beirando os rios e riachos, a hospitaleira oiticica (*Licânia rígida*), a *Pleuragina umbrosíssima*, de Arruda Câmara.

É o sertão dos xiquexiques, dos mandacarus, dos cardeiros, das macambiras e, também, das gramíneas, suculentas forragens para os armentos, de inúmeras espécies, formando a roupagem dos tabuleiros — o capim panasco (*Agrotis stolonifera*), o capim mimoso (*Manisurus polystachya*). O sertão das jitiranas (*Evolvulus*) trepadeiras e das salsas ras-teiras (*Ifoneas*), das chananas (*Tumera ulmifolia*), dos bamburrais, (*Hiptis maveoleus*), dos cordões-de-São-Francisco (*Leonotis nepetifolia*), das melosas (*Ruellia*), dos fedegosos (*Hilictropium indicum*), dos melões-de-São Caetano (*Momordica charautia*).

Este é o grande chão e a vida do Jaguaribe, Briareu fecundo de quantos braços, grossos, pequenos, filetes, conduzindo para o mar quantas linfas o céu despeja e dando-as todas ao mar, afinal, imprevidentemente, sem guardar nenhuma. Rio cigarra a cantar nos invernos.

Tem o curso de 560 quilômetros e a sua bacia hidrográfica, em números aproximados, ocupa 72.000 km<sup>2</sup>, quase metade da extensão territorial do Ceará. As nascentes acham-se nas Serras da Joanhina e de S. Joaquim, do Cordão Central, e, confluindo, formam-no o Carrapateira, o Trici e a Favela. Depois do encontro dessas três correntes é que toma o nome de Jaguaribe e desliza para o oceano, vencida a inflexão no ponto em que recebe o afluente Salgado, em linha aparentemente reta. A sua foz é abaixo, cerca de 15 km, da cidade de Aracati. Recebe muitos afluentes, dos quais são mais destacados: à margem esquerda — o Palhano (130 km.), o Banabuiú-Quixeramobim (o primeiro, com 280 km e o segundo com (297 km.), que constitui o seu maior sistema fluvial, o Riacho do Sangue (120 km.), o Manoel Lopes, o Fael, o Truçú (80 km.); e pela margem direita — o Figueiredo (110 km.), o Salgado — Riacho dos Porcos (o primeiro, com (162 km) e o segundo, o Quimami dos antigos, com (140 km.), o Cariús (135 km.), o Bastiões, o Conceição (130 km), o Jucá, o Puiú, estes dois últimos drenando as águas do chamado



sertão ou planalto dos Inhamuns. A sua queda para o nível do mar é pequena e o seu perfil oscila em torno da declividade média de 0,75 m por quilômetro de desenvolvimento.

Da barra para cima — estamos aproveitando dados de Thomás Pompeu Sobrinho — larga planície aluvial (10 km. de largura em média) estende-se por mais de 150 km., até o Boqueirão do Cunha. A espessura do aluvião é de 4 a 5 metros e comumente se denomina esse trecho — o baixo Jaguaribe ou o Vale do Jaguaribe, antigamente — “ribeira do Jaguaribe”. O aglomerado florístico da carnaúba (*Copernicia cerifera*) é aí compacto e dominante. Nesse mesmo trecho é que lhe vêm a Pahano (o Bonhu dos indígenas) e o Banabuiú (o Rinaré, primitivamente) e a declividade média é de 0,4m por quilômetro.

Do Boqueirão do Cunha até as proximidades da cidade de Jaguaribe (45 km. de extensão) às margens se constroem e o vale é rochoso e áspero, mas desse ponto em diante de novo se abre a planície em belas várzeas, semelhantes ao do baixo-rio e que se prolongam pelo afluente Salgado — acima, até perto da cidade de Lavras da Mangabeira, e, pelo Jaguaribe mesmo, até o Boqueirão de Orós. E a “ribeira do Içá”. Transposto o Boqueirão de Orós, onde hoje se acha o açude deste nome, novas e excelentes várzeas se espraiam (mais ou menos 8 km. de largura) durante 90 km. até as vizinhanças da cidade de Jucás (antigamente São Mateus). No centro dessa planície, encontra-se a cidade de Iguatu. “Daí para montante — palavras do citado Pompeu Sobrinho — em muito menor escala, sucedem-se os trechos de terrenos rochoso, onde o vale se aperta, e de várzeas planas onde o vale se alarga. Sempre a juzante dos boqueirões há planícies mais ou menos planas, como sucede abaixo de Saboeiro e Arneirós. A montante, igualmente, vencido o apertado trecho de estrangulamento do vale, abrem-se várzeas cultiváveis”.

O percurso do rio Jaguaribe, compreendido entre a conjunção com o Salgado e as nascentes, foi muito conhecido

como "ribeira do Quixolô" e "ribeira do Inhamuns", e o que se estende, no Salgado, desde o fim da ribeira do Icó até as encostas da serra do Araripe, denominava-se "ribeira dos Cariris".

São esses, em simples delineamento de esboço, o quadro geofísico, a paisagem, não se pode negar que sugestiva, na qual o colonizador branco iria escrever interessante capítulo da Geografia Humana, lutando contra as agressividades do índio e as da natureza, até poder plasmar, como acabou fazendo, um tipo de civilização que já começara a definir-se com a coragem dos sertanistas saídos do São Francisco, varando florestas e espinhais, matando bichos e homens e morrendo das garras ou peçonha dos bichos e das flechas dos homens que a sua aventura e a sua ganância não deixavam respeitar ou ver como filhos de Deus também.

## O OUTÓCTONE

Bem diferente do que lhes aconteceu com o descobrimento da Índia asiática, onde encontrou uma civilização adiantada e artigos em abundância para o seu comércio, ao defrontar o Brasil o que os portugueses viram foi uma terra virgem, habitada de gente no estágio da pedra polida.

Estiveram por abandoná-la, mas os fiavelusteiros franceses e flamengos, de tanto se introduzirem nela, barganhando produtos naturais com os índios, levaram-nos a pensar melhor no tesouro que num acaso lhes proporcionara Alvares Cabral.

Pobres de braços e empolgados com a frutuosa mercadoria da Ásia, quiseram encontrar nos músculos dos nativos americanos a solução dos seus novos problemas, e no entanto estes, de esquivos e incapazes do senzamento, não lhes deram essa solução. Pelo contrário, vítimas de maus tratos e até de inqualificáveis crueldades, de logo se encheram de prevenções e ódios ao conquistador luso, e resistiram.

A história dessa resistência e das guerras para domá-la é uma história de dores, sangue e atrocidades inconcebíveis, que teria de macular para sempre o trabalho da con-

quista. Pouco valeu a reação dos jesuítas no zelo pelo preservamento dos silvícolas, como pouco prestaram algumas ordens vinda do Rei recomendando-lhes melhor tratamento. Se alguma amizade com os ameríncolas faziam os conquistadores era para deles se servirem contra outros ameríncolas revoltados, na defesa das suas tabas e das suas vidas, ou contra aventureiros insolentes, nos escambos com a Indíada costeira.

Para escapar ao extermínio, fugia o índio, fugiam as tribos, recuados para o mais interior dos sertões. O Padre Anchieta, capitão valente da defesa dos naturais, deixou escrito: "Nessa terra desolada e remissa, em vinte anos, de cerca de 100 mil batizados por todo o país não haveria mais que a quinta parte, o resto fugiu para a floresta, a fim de escapar ao cativoiro".

As obstinadas e quase sempre frustradas reações dos bárbaros, ora uma tribo só, ora muitas reunidas ou confederadas, constituíam barreira empecosa aos colonizadores. Será difícil, terá preço incomensurado o avanço dos ibéricos. "Tribos escurraçadas das praias, escravos vermelhos fugitivos que barabustam pela retroterra — é de Carlos Studart Filho — traziam sempre no coração o ódio e o terror das gentes portuguezes. Saltelam-lhe a mente entenebriada, o sólido desespero dos vencidos e a triste lembrança das furiosas e truculentas campanhas levadas a cabo contra os de sua raça, pelos rudes conquistadores europeus". E acrescenta: "Cria-se e difunde-se, pois, desse modo, entre os silvícolas sertanejos, a fama, já corrente de há muito entre gentios praianos, de que o advena branco era cupido e cruel, enquanto, simultaneamente, entre os estrangeiros mais se alarga a velha idéia de que os gentios da terra são traiçoeiros, vingativos e quizilentos. O ruim conceito que, de um grupo, faziam os componentes do contrário, uma vez firmado, perpetuou-se na memória das gerações de brancos e índios que se sucederam pelo nosso interior, frustrando as melhores tentativas realizadas pelas autoridades reinóis no sentido de um mútuo entendimento entre raças em presença. E, assim, mal diligenciam



os brancos alargar no Brasil-Norte-Oriental a área apossada, penetrando a retroterra para colonizá-la, explodem contra eles os rancores dos indígenas". (36)

Na Capitania do Ceará não tardou refletir-se esse estado de espírito. A chamada guerra dos bárbaros (1687), de que foi palco a do Rio Grande do Norte, principalmente as ribeiras do Apodi e do Açu, alarmadas às cabildas cearenses, que se movimentaram guerreiras e impetinentes. Coincidia isso com as primeiras penetrações do vale Jaguaribe.

Muitas nações o ocupavam, desde a embocadura aos confins nascentes. Conformariam a maior dificuldade do seu desdobramento. Afonso de Taunay salienta que "de todas as zonas do Brasil onde os autóctones repeliram longa e bravamente os assaltos dos conquistadores, nenhuma apresenta tão grande resistência à invasão quanto o Nordeste", o Ceará não fez exceção.

Desenvolvendo atividades e correrias no baixo-Jaguaribe, andavam, pelo litoral, os Potiguaras e mais para dentro os Paiaçus (também conhecidos como Calcus e Pacajus), os Jandoins, os Jenipapos e os Canindés, todos, segundo estudos de Th. Pompeu Sobrinho, pertencentes à mesma família ou grupo línguo-cultural a dos Tarairius, para ele, contrariando velhos autores, de todo diferentes dos Cariris e dos Tupis. Espécie cujo gênero seriam os Láguidos oriundos da corrente emigratória que da Ária veio povoar a América, os Tarairius enchiam larga e irregular faixa sub-litorânea genuinamente nordestina, "que em alguns trechos atingia o mar, como no Ceará e Piauí".

O fato de falarem a língua travada, imediatamente os distingue dos Tupis, que se expressavam no nheengatu. E dos Cariris muitos fatores os separam, entre outros o costume de comerem os seus mortos, depois de bem lavado e assado o cadáver, na persuasão de que o morto não poderia ficar mais bem guardado do que nos seus corpos, ao passo que os Cariris,

como os Gês, os Caraibas, os Tupis e Fuiniós, davam ao morto conveniente sepultura em "camucins" adequados. Tal costume necrofágico se observa entre os Jandoins e outras tribos consideradas Tarairius. Outros elementos culturais diferenciadores residem em que estes eram oleiros, trabalhando razoavelmente a cerâmica, e dormiam em redes, diferenciados, portanto, dos Cariris que não o faziam. Também não eram lavradores, diversamente dos Cariris que, como tais, preferiam localizar-se em regiões de boas terras e climas propícios à agricultura. E ainda adotavam o uso de ocultar o membro viril com a pele dos testículos levantada e presa ao corpo por um atilho, sistema que os Cariris desconheciam (26).

Os Pacajus foram a grande dor-de-cabeça da colonização jaguaribana, como já antes o eram em relação ao fraco povoamento cearense partido da sede da Capitania, localizada no riozinho Pajeú, onde originariamente os holandeses (1649) haviam construído um forte — o Schoenborc.

Studart Filho (37) fez a egnealogia de suas inconveniências perigosas. Pervagavam o baixo-Açu riograndense até as proximidades do rio Choró, no Ceará, sendo certo que, vez por outra, iam até as vizinhanças da sede pajeúana, agredindo os índios mansos e os brancos ou, doutros turnos, apresentando-se ali com as mulheres e os filhos em atitude manhosa-mente pacífica.

Várias expedições teve o governo da Capitania de mandar para combatê-los, pois, na realidade, nunca simpatizaram com os portugueses, contra os quais estavam sempre de má fé. Em 1693 e 1694, já principiada a fixação de colonos no vale do Jaguaribe, revoltaram-se ferozmente, tendo sido derrotados, em parte aprisionados, "dispersando-se os restantes para voltarem ao sistema de guerrilhas. Aldeados os do Ceará, em 1696, aos cuidados do Ricoleto da Congregação de S. Filipe Néri, Pe. João da Costa, continuaram a lutar no Açu e Apodi. Nada obstante, em 1703 "amotinaram-se novamente os Pacajus, aldeados na ribeira do Jaguaribe, matando os co-

lonos, roubando e destruindo os seus rebanhos". Ainda em 1713, unidos aos Anacés e Jaguaribaras, assaltaram a Vila do Aquirás, "levando a destruição e a morte". Perdoados, enfim, foram alojados perto das margens do rio Choró, dando-lhes o governo uma légua de terra como patrimônio. Esse local é, hoje, a cidade de Pacajus, que antes teve os topônimos de Monte-Mor — o Velho e Guarani.

Mais acima da área do Paiacus estavam os Janduins, ou Gendoins, assim chamados do nome do seu taxaua ou maioral —, o Janduwy de Elias Herckman. Foram os principais levantados da guerra dos bárbaros e eram aliados dos holandeses durante a ocupação de Pernambuco. Segundo o mesmo Herckman, eram como os Paiacus, "robustos e de grande estatura, os seus ossos grossos e fortes, a cabeça grande e espessa, a sua cor natural e atrigueirada, o cabelo preto e de ordinário o trazem pendente obre o pescoço, mas por diante até acima das orelhas cortam-no igualmente, o que dá para parecer que trazem um boné sobre a cabeça. Contudo, alguns deixam cortar o cabelo ao modo dos da nossa nação. Têm cabelo muito grosso e áspero".

Foi preciso recorrer aos sertanistas paulistas para dar-lhes melhor combate. Ao Ceará, veio o mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida e aqui pelejou, sem muita felicidade, a ponto de sair com ferimentos graves e perder um filho, seu auxiliar direto. Estava a sua tropa diminuída ao extremo, quando em 1694 o Capitão-mor do Ceará, Fernão Carrilho, enviava-lhe em socorro numerosa expedição de 700 homens, comandada pelo experimentado cabo da Fortaleza de N. S. da Assunção, Francisco Dias de Carvalho, provido no posto de Capitão. Acabou Matias Cardoso deixando o campo, já sem munições, retirando-se para o Rio S. Francisco, a tomar conta dos seus latifúndios. Dias de Carvalho bateu os índios e reduziu ao cativo inúmeros deles, porém o resto ganhou as brenhas para iniciar mais tarde novas arremetidas. Decorridos tempos (1699), os Jandoins, em parte desde 1697 pacificados por Bernardo Vieira de Melo, serviram de instrumento



a outro sertanista de Piratininga — Manoel Alves de Moraes Navarro, — nas justas contra os Paiacus, tendo feito com eles honroso e desleal morticínio, atacando-os impiedosamente de surpresa, quando a blandicioso convite dançavam alegremente as suas danças tradicionais. De setecentos deles, escaparam pouco mais de duzentos, rezam as crônicas, e não faltaram os mais veementes protestos contra o ato inominável.

Um tanto de perreio com os seus parentes Jandoins, pisavam o baixo-jaguaribe os Jenipapos e Canindés, vivendo mais no rio Banabuiú — Quixeramobim acima, até as cabeceiras do rio Curu, da vertente Norte. Constantemente inquietavam os moradores brancos, contra os quais, em 1712, aliados a outras tribos, investiram desarmadamente. Em 1721 ainda os fustigavam, o que levou o Capitão-mor Salvador Alves daves da Silva a mandar expedir tropa contra eles, vencendo-os no lugar Boqueirão. Em fuga, homisiaram-se em S. João do Jaguaribe, sendo protegidos pelo padre Antônio Lobato, mas sem resultado, pois que "foram assim mesmo aprisionados e repartidos como presa de guerra".

Os Jenipados cebrizaram-se pela ajuda desatinada que deram à família Feitosa, da ribeira dos Quixelós e dos Inhamuns, em sangrento dissídio com a dos Montes e Silva, da ribeira do Icó, como adiante teremos de ver. Terminaram sendo presos e enviados para o Piauí, juntamente com Icós e Quixerius. Entretanto — comenta Studart Filho (35) — "ao que parece os Jenipapos não se deram pressa em cumprir as ordens do Capitão-mor (Manuel Francês), pois, no ano seguinte, em março de 1727, por determinação daquela autoridade, João de Barros Braga subiu pela ribeira do Jaguaribe e foi até os limites do Piauí, exterminando os gentios parciais de um e outro grupo e desassombrando os moradores". Jenipapos e Canindés restantes foram reunidos, afinal, numa só aldeia, no lugar Banabuiú, atualmente Barra do Sitiá, "por serem da mesma língua e parentes", terminando muito depois

a aldeia no pé da terra de Baturité, com o nome de Vila de Monte-mor — o — Novo d'América. Hoje é a cidade de Baturité.

Do Boqueirão do Cunha para as nascentes, ou seja, nas ribeiras do Icó, dos Cariris, dos Quixelós e Inhamuns, outras cabildas residiam, todas, ao que se supõe, da família ou grupo dos Cariris. Pompeu Sobrinho considera tais, no Ceará, os Icós, os Calabaças e os Cariús. Estudou-os bem, com a sua mestria inconcussa (23). É família do tipo étnico dos Bra-síílios, componentes da quarta corrente migratória, que se fixaram na América do Sul, tal como os Sudéstidos da mesma corrente, se fixaram na América do Norte. Afirma-o, contrariando a opinião dos antropogistas e historiadores. Teriam vindo, após longa viagem, ao Rio São Francisco, estabelecendo-se nas suas margens.

“Dali se disseminaram para o norte e para o sul, indo senhorear-se nos melhores trechos da Borborema e do sul do Ceará”, sendo provável que o grupo localizado no sul cearense possuísse dialeto próprio, bastante parecido com as línguas uruaques, caraíbas, tocanos e paranos, como magistralmente mostraram Rodolfo S. Schuller e C.H. de Coeje. (15).

Os Cariris do Ceará ou Cariris Novos (os Cariris Velhos habitaram a Borborema) ficaram nas faldas da Serra do Araripe e no fértil vale que se lhe segue — o vale do Cariri. Como ficou visto, não podem mais ser confundidos com os Tarairirús, nem linguística nem etnologicamente. Também não eram do grupo Guck ou Como, qual pensava Von Martius, dos Tupis e dos Caraíbas, “além da língua”, muitos e importantes elementos de cultura os diferenciavam”. O Pe. João de Matos Serra, prefeito das Missões no interior da Capitania, em 1700 pacificou-os, e pelos Frades Carmelitas, que os aldearam, foram convertidos ao catolicismo em 1703 e 1706, quando, unidos ao Icó, se puseram em rebeldia contra os brancos”.

Na margem direita do médio-Jaguaribe e do Salgado moravam os Icós, de gênio depredativo, inconstantes. Espalhavam-se até o rio do Peixe, na Paraíba. Reduzidos à paz, pelo Pe. João de Matos Serra. "Quando em 1703 se rebelaram os Palacus, do Jaguaribe levantaram-se os Icós já aldeados, destruindo-lhes os haveres. No ano seguinte, a luta entre réi-nícolas e indígenas sublevados continuava cada vez mais cruenta". "Em 1706, aos Icós se vieram juntar novamente os Cariris, o que agravou mais ainda a precária situação dos colonos".

Os Cariús dominavam a região das cabeceiras dos rios Cariús e Bastiões e "de parceria com os Jenipapos, obdecendo aos Feitosas, praticaram os mais revoltantes atentados contra a vida e a propriedade dos colonos amigos da família Montes". Aldeados na Missão do Miranda, hoje cidade do Crato.

Na margem esquerda do Salgado era que viviam os Calabaças, e na ribeira dos Quixelôs, os Candadus, estes possivelmente Tarairiús, possivelmente Cariris. Assim como os Quixeriús, andantes por ali. Nas fontes do Jaguaribe, sertão do Inhamuns, movimentavam-se os Jucás, que tanto trabalho deram ao governo da Capitania com as suas perversas sortidas, matando a torto e a direito membros da família Montes e Silva em favor dos seus protetores — os Feitosas. Pacificados na Missão da Telha, atualmente cidade de Iguatu, em 1743, abandonaram, com as mulheres e os filhos, e voltaram às tropelias. Outro contingente deles foi agrupado no lugar que hodiernamente é a cidade de Arneirós. "Com a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, e em virtude dos regulamentos pombalinos, foram os Jucás retirados de Arneirós, por volta de 1761, e mandados agregar aos Cariris e Cariús, que habitavam a aldeias do brejo, antiga Missão do Miranda", depois vila e cidade do Crato. Mas aos poucos foram dali fugindo, para só mais tarde voltarem, reconquistados "por meios brandos e suasórios". "Volvidos novamente a Arneirós, em nada modificaram a existência de rapinas e violências que dantes levavam. Viviam furtando gado e assaltando os mo-

radores dos arredores. Esses crimes incessantemente renovados atraíram sobre eles a odiosidade dos Feitosas, que assentaram livrar-se de seus antigos aliados. Cada roubo praticado pelos índios era seguido do assassinio de alguns de sua raça". (35).

Velhos historiadores cearenses, como Pedro Théberge e Joaquim Catunda, referem-se a outras hordas de silvícolas que teriam vivido na bacia jaguaribana, tais como os Aquijiros e os Inhamuns, porventura assistindo entre as áreas habitadas pelos Jucás e Quixelôs; e os Quixarás ou Quixadás, localizados no rio Sitiá, afluente do Banabuiú, porém na verdade, não existiram ou nenhuma repercussão logrou a sua ação na história do grande vale.



## ETAPAS DA OCUPAÇÃO

As expedições de Pero Coelho de Susa, em 1603, a dos Jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira, em 1607, e mesmo a efêmera fixação de Martim Soares Moreno, na barra do Ceará, não podem ser tidas em conta na história do povoamento da Capitania cearense senão como denodado pioneirismo. A primeira fracassou com o quase aniquilamento do bandeirante e de sua gente, e a segunda, com a morte do Padre Pinto e a milagrosa fuga do outra, para livrar-se da sanha dos Tocarijus. A de Martins Soares teve o fim triste e humilhante da derrota dos soldados da guarnição de seu mísero e diminuto forte, remetidos para o Recife pelos flamengos vitoriosos, em 1637.

Da povoação que se formou no estuário do riozinho Pajeú, nove quilômetros a leste daquela barra, é que, sede dos Capitães — mores governadores, se foi irradiando, embora timidamente, a colonização. Mal se começou a entrar pelos rios Pacoti, Choró e Pirangi, em cujas margens mais litorâneas se distribuíram algumas sesmarias.

Somente na década de 80 do século de 1600, o movimento desbravador tomou alento e consistência, com a exploração do rio Jaguaribe, conhecido unicamente no seu estuário e

mais ponto de referência às viagens do Rio Grande ao Ceará. No regimento dado a Pero Coelho, para a sua jornada, indicasse o Jaguaribe, "donde se sabe haverem levado amostras de ouro e suas terras" (os estrangeiros), e para aí seguiram os barcos que transportavam as munições e víveres da expedição. Nesse estuário, o chefe da bandeira construiu um fortim precário, de pau-a-pique — o "São Lourenço", pois encontrara os nativos em pé de guerra. Um soldado e 70 índios da empresa encarregaram-se de apaziguá-los e o fizeram a contento: "e ao dia seguinte tornou em busca de um de nossa lingua com quem se entendessem, o qual lhes soube dizer tais coisas e era o gentio tão fácil e desapropriado, que, deixando suas casas e lavouras e vieram com mulheres e filhos dizendo que não queriam senão pazes com os brancos cristãos e acompanhá-los por onde quer que fossem: o mesmo fizeram depois os de outra aldeia à imitação dest'outros". (28).

Os Padres da segunda viagem, itenticamente, detiveram-se no grande rio, onde chegaram numa barcaça que devia voltar carregado de sal. Vinham sem nenhum homem branco e sim com 70 aborígenes —, tupinambás, potiguares e tabajaras, muitos deles prisioneiros de Coelho de Souza a serem restituídos às suas tabas. Igualmente, conquistaram os da terra e daí prosseguiram em demanda da Ibiapaba.

A ocupação da enorme planura jaguaribana era imperativo da colonização, ampliando-se de Pernambuco e da Bahia para a hiteriândia ignorada. Tem concomitância com o quinto e sexto ciclos do povoamento do Nordeste, segundo a bela análise de Th. Pompeu Sobrinho (24), já superados o primeiro — o do escambo ao longe da costa marítima, o segundo — o da tentativa falha das capitânicas hereditárias, o terceiro — o da conquista da faixa litorânea, para o norte, até o Maranhã, e o quarto — o da invasão holandesa e as suas refregas conseqüentes.

Esse quinto e sexto ciclos informam o audacioso ímpeto do conhecimento do oeste, do sertão: uns baianos e paulistas,

subindo o São Francisco, atingindo o sul da Paraíba, passando ao Piauí, alcançando o Maranhão. Varando o *sertão de dentro*, no conceito de Capistrano; outros, pernambucanos, explorando os rios menores mais nordestinos, ou seja o *sertão de fora*. "Esta orientação da corrente povoadora de Pernambuco era imposta, além do mais, pela necessidade indeclinável de defender as costas do norte com um propósito político".

Por onde iam andando, requeriam datas de sesmarias e plantavam currais de criação dos gados, amansando, expulsando ou trucidando a gentildade autóctone.

Sabe-se muito bem como se processava a fixação: "Obtida a sesmaria ou uma renda de largo trecho de território, o pioneiro para lá conduzia o seu gado e tratava de acostumá-lo aos novos postos, empresa que sempre exigia bastante gente; depois tudo ficava em geral, entregue ao vaqueiro, a quem cabia a responsabilidade da exploração rural. Este, sempre assistido de numerosos moradores e agregados, desempenhavam-se regularmente da sua missão. Os agregados eram comumente mestiços do Recôncavo ou do baixo S. Francisco, e, mais tarde, gente prática das primeiras fazendas do sertão; muitos, porém, eram índios que facilmente se habituavam à lida do gado, tornando-se hábeis campineiros. Capistrano diz que o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão e Goiás* informa que a gente do sertão da Bahia, Pernambuco e Ceará tem pelo exercício nas fazendas de gado tal inclinação que procura com empenho ser nela ocupada, consistindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro". O gado multiplicava-se espantosamente nas caatingas abertas e fartamente tapetadas de excelentes ervas forrageiras e leguminosas; o clima particularmente propício facilitava o trabalho do vaqueiro, a vegetação arbórea pouco espessa propiciava a revista e pega do gado e, além do mais, como notou um inteligente observador, o produto principal, o gado, com seus próprios pés transportava-se para os centros consumidores, nos engenhos e cidades da

costa. Realmente, nada mais econômico e melhor adaptado às condições sociais e cósmicas da região. Os largos verões ânuos, em vez de inconvenientes, eram um bem, pois permitiam, com a queda da folhagem das plantas, completa fiscalização do gado e sobretudo concorriam para uma salubridade incomparável" (Pompeu Sobrinho).

A corrente pernambucana, sem a pressa e a disciplina um tanto organizada das bandeiras, características da corrente baiana-paulista, expandia-se paulatinamente, chantando "casas-fortes" para maior garantia contra os assaltos dos índios, quais "sentinelas avançadas que permitiam a instalação, senão a fixação definitiva do colono a terra, à retaguarda ou por vezes lateralmente. Com o tempo e o respeito que inspirava aos selvagens, a ocupação das terras avança, deixando atrás as casas fortes.

Em breve, o litoral e o retro-litoral da Paraíba e do Rio Grande do Norte se incorporaram ao pleno domínio dos lusos e mazombos. No Ceará, as primeiras sesmarias na orla marinha foram concedidas a partir de 1678. Isso no trecho compreendido entre controvertida linha divisória com o Rio Grande e a foz do Jaguaribe.

A primeira sesmaria de terras deste, é de 29 de janeiro de 1681, em favor de 15 co-heréus — Manuel de Abreu Soares, Tenente Teodósio Gracismã, Capitão Cipriano Lopes Pimentel, Tomé Leitão Navarro, Sargento-mor Manuel de Abreu Frielas, Manuel da Cunha, Capitão Gregório Gracismã de Abreu, Lourenço Dorneles, Carlos Barbosa Pimentel, Geraldo do Rego Borges, João do Rego Borges, Matias Camelo, Capitão Francisco Borges Valadares, Lourenço Alves de Matos e Manuel da Costa Rego. Todos se dizem moradores e filhos do Rio Grande. Esse Manuel de Abreu Soares foi depois Capitão-mor da campanha da "guerra dos bárbaros". "E porque nas últimas povoações do Rio Grande, para a banda do norte, há um rio que se chama Jaguaribe, o qual nunca foi povoado de branco e dado o caso que algumas pessoas o te-



nham pedido não fizeram povoações no termos da lei: estão as terras devolutas em prejuízo dos dizimos reais e dos vassallos de Sua Alteza, que Deus guarde" — eis o fundamento do pedido de sesmaria (10). Uma légua de comprimento por uma de cada lado do rio, isto é, duas léguas em quadro, tocaria a cada solicitante. Da barra para o sertão.

Em 1686, a mando do Capitão-mor do Rio Grande, Pascoal Gonçalves de Carvalho, esteve Abreu Soares no Ceará. Os seus herdeiros, em 1701, venderam o seu quinhão a Teodósio Gracismã, que se sitiou perto da barra, lugar chamado Arraial e depois Aracati. Foi aí, nesse Arraial, que por ordem do Mestre de campo Matias Cardoso, demorou o paulista, Capitão-mor João Amaro Maciel Parente, montando o seu quartel nas escaramuças contra os indígenas em revolta. Escolheu-o, "por ser o local mais habitado e de mais fácil comunicação, pela costa, com o Rio Grande". Carlos Barbosa Pimentel havia transferido a sua possessão ao pernambucano, Capitão-mor Manuel Carneiro da Cunha, em 1696, o qual também adquiriu no mesmo ano a de Geraldo do Rego Borges. Igualmente, desfez-se do seu direito e co-heréu Manuel da Cunha, vendendo-o a Manuel Rodriguez Ariosa do Valé, que ao lado do referido Carneiro da Cunha iria ter participação destacada no povoamento do Cariri. Ainda outro sócio alienou a sua parte — o Sargento-mor Manuel de Abreu Frietas, passando-a em 1706 ao co-heréu Capitão Gregório Gracismã de Abreu. Alguns deles não tomaram posse dos seus quinhões, mas revalidaram-nos, depois, obtendo novos títulos.

Sucederam-se as concessões de dádivas sesmeiras no riacho Quixeré, pequeno afluente direito do Jaguaribe, no Palhano e no Banabuiú.

Naquele, de primeira-mão, localizaram-se o já citado Teodósio Gracismã, João de Barros Braga e Antônio Estêves, Barros Braga é figura de relevância do Jaguaribe e a ele deve-se, além de outros valiosos serviços, a ereção do arraial dessa ribeira, "construindo estacada, parapeitos, quartéis e igreja,

tudo a sua custa". No aldeamento dos terríveis Paiacus, foi decidido auxiliar do Padre João da Costa, que os missionou. Governou a Capitania do Rio Grande do Norte e faleceu em 1742. João Brígido, não se sabe a razão, tem-no em conta de um bruto, um prepotente, "cuja tristíssima memória não se liga a nenhuma família cearense", quando é certo que dele descende a família Façanha, do Ceará.

No Palhano, tiraram as primeiras sesmarias, em 1705, Gregório de Brito Freire, antecessor de Barros Braga naquele posto de Capitão de Ordenanças, o mesmo Barroso Braga e João de Castro e Silva.

O Banabuiú, já em 1633, era objeto de pedidos sesmeiros: uma data de 2 de setembro, foi outorgada a dez coheréus — Lourenço Cordeiro, Bento Pereira, Jorge Bucarro, Manuel Gomes da Serra, Antônio de Vasconcelos, João Gomes, Domingos Ferreira, Alferes Gaspar de Medeiros, Domingos Ferreira Pessoa e Manuel de Almeida Arruda — "moradores no Ceará". Ao todo, 30 léguas de comprimento. No sítio de Bento Pereira está situada a cidade de Morada Nova. Em 1709 — escreve Antônio Bezerra — na ribeira do Banabuiú, apropriada à criação dos gados, e que contém 50 léguas de extensão, só existiam 30 fazendas e estas estabelecidas em dificuldades, sendo preciso a construção de uma casa-forte, onde assistiram 5 homens". "Com esse presídio, intimou-se o gentio bárbaro que de novo se queria rebelar, de cuja diligência resultou acharem-se em dita ribeira a circunferências naquelas 30 fazendas de gado, que vão em aumento". (5).

Uma dessas sesmarias ou fazendas é a que foi dada, em 12 de outubro de 1706, aos seis sócios — João de Barros Braga, Maria Pereira da Silva, Serafim Dias, José Rodrigues Carvalho, José do Vale e Abreu, Antônio Pereira Façanha e Cosme de Oliveira Façanha —, "pelo rio Banabuiú acima, pegando nas testadas de João da Silva Salgado". É no quinhão em que se situou a pernambucana Maria Pereira da Silva que se acha a cidade de Mombaça, anteriormente denominada Maria Pereira. As fazendas de Barros Braga e de

Serafim Dias, estão, respectivamente ao nascente e ao poente desse aglomerado dêmico.

Acima, no rio Quixeramobim (o Ibu, dos gentios), grande afluente do Banabuiú, receberam as primeiras glebas, concedidas em 1702: Duarte Pinheiro Rocha e Antônio Pinto Correia; Teresa de Jesus e Francisco Bezerra do Vale; João da Cunha da Silva e Agostinho de Resende, cada um desses dois co-heréus com 2 léguas de comprimento e 1 para cada lado do rio, situando-se uns nas testadas dos outros. Na de Francisco Ribeiro de Sousa, com o tempo, formou-se a fazenda "Santo Antônio do Boqueirão", na qual levantou capela o sucessor Antônio Dias Ferreira, inaugurada em 1732. Em redor desta igreja se fez a atual cidade de Quixeramobim.

Regista o já mencionado historiador Antônio Bezerra que o balano João de Sousa Vasconcelos, Sargento-mor na ribeira do Jaguaribe, veio do S. Francisco em 1687 a povoar com seus gados esta ribeira, "sendo o primeiro fundador e povoador destes sertões". Estabeleceu-se no sítio São João das Vargens, "a que parece deu o nome e aí construiu igreja". É, hoje, a cidade de S. João do Jaguaribe — a mais antiga povoação do Ceará.

Para mais garantia dos colonos, foi levantado no riacho Araibu, em Russas, 14 léguas da barra, o presidio de S. Francisco Xavier, defesa contra a indiada insolente, e tamanho era o terror provocado por estes que, em 1706, foi expedida Carta Régia em que, considerando "o acharem-se os moradores desarmados e ser conveniente que se achem prevenidos para as ocasiões que se oferecer", ordenou o Rei se fornecessem aos mesmos as armas que fossem necessárias. "Daquela data em diante, assegura Antônio Bezerra, entraram os colonos por toda a parte, e montaram as suas situações a ferro e rogo".

A segunda sesmaria expedida, distribuindo terras no Jaguaribe, o foi pelo Mestre de Campo General do Brasil, em 28 de janeiro de 1682, ao Capitão Bartolomeu Nabo Correia e a muitos outros, inclusive Antônio de Montes Pereira, João



de Montes, Antônio de Montes, Paulo de Montes, ao todo 41. Alegavam os requerentes estarem a povoar o sertão deserto das delas sem ter largueza para as criações de seus gados e aumento deles". "Em grande risco de suas vidas e muito trabalho e largas despesas que fizeram com o gentio acharam e descobriram um rio chamado pelo mesmo Tapuia, Jaguaribe, o qual fica nas cabeceiras do sertão do Rio Grande do Ceará Grande, e com muitos trabalhos fizeram pazes com os gentios brabos que ai habitavam por nunca serem ditas terras vistas nem descobertas por pessoa alguma". Pediam 160 léguas de comprido pelo rio-acima com dozes de largo de cada parte do rio, mas, afinal, lhes foram dadas 123 léguas ao longo do curso, sucessivas, ou sem saltar, "que vem a ser três léguas a cada um, com doze de largo, ficando o rio Jaguaribe no meio".

É a chamada sesmaria da "ribeira do Icó" com início depois do Boqueirão do Cunha, quer dizer — depois do último provido da primeira sesmaria de Manuel de Abreu Soares e seus 14 companheiros (que era Manuel da Costa Rego), mais conhecida por "data dos homens do rio São Francisco".

A recomendação de não saltar foi quebrada: alguns se fixaram onde entenderam e outros não se situaram, ao mesmo tempo que estranhos se apossavam dos quinhões comissos, que foram muitos: por exemplo — Antônio Estêves e o Coronel Domingos Alves Estêves, por sesmaria de 5 de dezembro de 1705, substituindo os heréus Manuel Rodrigues Teixeira e Antônio Alves Camelo; o Coronel Luís de Seixas da Fonseca, Antônio Fernandes da Piedade e o Capitão Amaro Lopes Lopes de Siqueira, por sesmaria da mesma data, em lugar de Pedro Moreira, José Ferreira Colaço e Francisco Alves Camelo.

Esses homens do rio S. Francisco, baianos, chegaram por via do sertão deserto da Paraíba e do Rio Grande, como ficou bem claro, caracterizam a sucessão rio acima, da marcha povoadora. Eles e alguns dos "homens do Rio Grande" e outros ocupantes da ribeira do Jaguaribe e que passaram a povoar o rio Salgado e a ribeira do Cariri.

Entre os últimos, tem saliente papel o Capitão João da Fonseca Ferreira, que se localizara desde 1682 na Lagoa do Velho, próximo à atual cidade de Russas, e depois, com o cunhado Domingos Paes Botão, no Sítio Santa Rosa (desde 1667), hoje Município de Jaguaribara. Foi ele, João da Fonseca, por igual, quem recebeu sesmaria de terras devolutas no rio Jaguaribe-mirim, mais tarde denominado Catingueira e Santa Maria, aí levantando, por volta de 1700, uma casa forte, que é a origem da cidade de Jaguaribe. Também foi por ele levantado um arraial ou casa forte, "para segurança dos povoadores", na sesmaria que obteve em 12 de novembro de 1706. Nas terras desse sítio é que está encravada a cidade de Icó, (5) local onde foi levantado segundo arraial a ordem do Capitão-mor Gabriel de Souza Lago, por ter-se desmantelado o primeiro.

Também se destacam vários heréus pertencentes a família Montes e Silva, originária de Penedo, que na ribeira do Icó passou a ter vasta influência. Paulo Montes teve o posto de Capitão de Cavalos do distrito do Boqueirão do Jaguaribe para cima (carta-patente de 26 de abril de 1702). Pedro de Montes, o de Capitão de Infantaria da Ordenança do Regimento dos Auxiliares (nomeação de 5 de junho de 1709). Francisco de Montes e Silva, o de Capitão de Cavalaria da Ribeira dos Icó. Este era filho de João Montes, 12º heréu, "oficial brioso e valente, que veio do rio São Francisco para o Rio Grande e depois para o Ceará, onde praticou os relevantes serviços constantes da confirmação de sua patente por D. João II, em 23 de dezembro de 1669". Situou-se na fazenda Pilar a uma légua e meia abaixo do Icó. (5)

Na mesma ribeira do Icó, somente em 1701 se deu nova sesmaria e desta foram titulares Cristóvão Soares de Carvalho, Paulo de Montes e outros, no rio das Pedras, antigo Oriabebu e mais tarde Riacho do Sangue. A sua casa-forte, porque tomou Cristóvão o hábito religioso de N. Senhora do Carmo, de Goiana, passou a denominar-se "sítio do Frade",

topônimo por que durante muito tempo se conheceu a atual cidade de Jaguaretama.

Outras, no rio Salgado, a partir de 1703, onde já tinha situação João de Montes, décimo segundo heréu da grande sesmaria encabeçada por Bartolomeu Nabo Pereira.

Ciincide o avanço sobre o Salgado com os efeitos da Carta Régia, autorizando armar os colonos para exterminação dos tapuias, nessa região, dominando os irrequietos Icós e os Calabaças. Choveram então as sesmarias. "Só para o sul da Capitania — informa Antônio Bezerra — foram, em 1707, expedidas 59 delas, de dois ou mais interessados cada uma e, no ano seguinte, 53". Já em 1709, apenas 1; em 1710 somente 5; em 1711, não mais que 4. Em breve, estavam ocupadas as margens do grande afluente esquerdo jaguaribano até o hoje Município de Lavras da Mangabeira.

A marcha atingirá o Cariri, sem demora. Dois moradores da data de Manuel Abreu Soares — o abastado pernambucano, Mestre de Campo Manuel Carneiro da Cunha, e o riograndense, Capitão-mor Manuel Rodrigues Ariosa, em 1703, conseguiram, de sociedade, três léguas para cada qual, partindo-se da Cachoeira dos Cariris e terminando-se na Lagoa dos Cariris. O primeiro tomou posse na parte inicial da sesmaria, nas terras da Cachoeira, indo Ariosa localizar-se na fértil região coupada pela Cidade do Juazeiro do Norte e pela do Crato, onde morou até falecer em 1716. Aí grangeou largo prestígio, respeitado por outros colonos que vinham chegando.

Antônio Bezerra, com toda segurança, pôs a limpo que em 1714 o Tenente-coronel Antônio Mendes Lobato Lira obteve sesmaria no Brejo da Barbosa (ou do Barbosa), atual cidade de Brejo Santo; em 1716, no mesmo ano, o Tenente João Mendes Lobato, Antônio Barreto de Jesus e José Lobato Lira, Sargento-mor Manuel Coelho de Lemos e outros, uma, de 3 léguas para cada um, começando da paragem de Inga zeiras, hoje cidade deste nome, em 1717. Félix da Fonseca Jaime, o citado Tenente-coronel Antônio Mendes Lobato Lira,



Capitão Francisco Martins de Matos, Sargento-mor Venceslau de Montes Pereira, Tenente José Bernardo Uchoa e Capitão Gregório de Montes de Sousa, outra de 3 léguas para cada um, das referidas Ingazeiras, buscando o sul até entestar na serra do Cariri (serra do Araripe) pela beira da mesma serra acima até os últimos providos do rio Salgado, e muitos outros Lobatos e pessoas ligadas a essa família, completando, por assim dizer, a conquista do riacho dos Porcos, do rio Emburanas e do vale do Cariri. Os Lobatos eram originários do baixo S. Francisco, de Penedo, amigos, parentes e contraparentes dos Montes e Silva. Além das datas recebidas, compraram de outros sesmeiros muitas terras inclusive as muitas que ali no Riacho dos Porcos, obtivera João de Barros Braga, chegando a ser senhores daquela parte da Capitania". A figura patriarcal dessa família foi o Capitão Antônio Mendes Lobato Lira.

Toda essa penetração era embaraçada pelos índios, nas suas reações contra os invasores de suas terras divididos em vários grupos. Não poucos capitães de assalto a esses silvícolas foram enviados para ali, metendo-se em *entradas* desafiadas e perigosas contra eles.

Evidencia-se deste modo que o povoamento do rio Salgado e seus afluentes, compreendendo todo o Cariri, foi natural prolongamento da marcha rio-acima dos moradores das ribeiras do Jaguaribe e do Icó, e não, como se pretendeu, produto de excursões dos bandeirantes do chamado "sertão de dentro". Eram de fato, baianos muitos dos primeiros exploradores, porém integrados na corrente do "sertão de fora". Jamais, como se tem afirmado, a gente dos Garcia d'Ávila se instalou inicialmente no Ceará. "As fazendas Cariré, Cachoeira e Buriti-Grande, que João Brígido, à pág. 18 dos Apontamentos, diz ter João Correia Arnaud recebido por doação da casa da Torre — sustenta Antônio Bezerra — não era possível que antes da concessão das sesmarias existissem, visto que pertenceram empre, a primeira ao Capitão-mor Manuel

Rodrigues Ariosa, sob o nome de Lagoa dos Cariris, a segunda, ao Capitão-mor Manuel Carneiro da Cunha, povoador da Cabeceira, na data de ambos, de 12 de janeiro de 1703, a terceira ao Capitão João Dantas Aranha e seu companheiro Caetano Dantas Passos, que houveram em 25 de janeiro de 1704, denominada ao tempo de sua aquisição Podimirim, anos depois Buriti e por ocasião de ser elevada a vila em 1890, Muriti" (5) (hoje cidade deste nome).

Na exxata expressão de Pe. Antônio Gomes de Araujo, exímio sabedor da história do Ceará, "os colonos balanos, se não foram aqui os principais titulares das terras de sesmarias, co-povearam por acostamento, aforamento e compra aos sesmeiros açambarcadores de latifúndios do Cariri, depois de compartes em sua rebelação ao sopro expansionista da Casa ad Tórres, da Bahia..." (3).

Participaram, é indiscutível, "na formação étnica, social e econômica da nova pátria que adotaram", mas na verdade, os vindos via sul de Pernambuco não tiveram a primazia das explorações. Os balanos, sergipanos e pernambucanos caririenses chegaram subindo o Salgado e seus tributários e não descendo de suas nascentes. Conciliam-se, assim, Antônio Bezerra e o Padre Gomes, desmanchando as incorreções e lendas em torno do povoamento da famosa região.

Enquanto dessa maneira se operava, em relação ao Salgado, a corrida sesmeira, tal acontecia relativamente ao alto Jaguaribe, nas ribeiras do Quixelô e dos Inhamuns, ou seja a montante do Boqueirão de Orós. Aparece aí, dominando-as, a família dos Feitosas, saída para o Ceará, em 1707, do Engenho Currais do Serinhaém, em Pernambuco. Entretanto, João Alves Feitosa era natural de Penedo, Alagoas, onde se casou e teve dois filhos — Lourenço Alves Feitosa — o Alferes Comissário, que só teve um filho, Lourenço Penedo, falecido inupto, e, já desaparecida a mãe, Francisco Alves Feitosa, herdeiro de toda a riqueza do irmão, que era imensa, derramada em fazendas de criar e terras conseguidas facilmente

por meio de sesmarias sucessivas. Entre estas, a sesmaria do riacho Uocoro, ou Vocoró a 10 km acima da cidade do Icó. Fica o Jucás nas testadas das terras dos Montes e Silva, com uma de cujas irmãs, a viúva Isabel de Montes, veio a casar-se Francisco Alves Feitosa. Não tardou porém se desavençassem os cunhados, que a pouco e pouco se interessaram em intensa rivalidade.

“Os Feitosas, logo que apareceram na capitania, — é Antônio Bezerra quem o diz — vêm hostilizando, casual ou propositadamente, o Coronel Francisco de Montes Silva, que já residia na fazenda Pilar, herdada de João Montes”. Essa data do Pilar desde 1682 estava no patrimônio dos Montes, concedida pelo Governador da Bahia, Roque da Costa Macêdo.

Além da sesmaria do Vocoró, conseguiu Lourenço, com o filho homônimo, mais uma no riacho Jorge Mendes, hoje Capim-pubo, que deságua no Salgado, um pouco acima do Pilar, nas testadas, portanto, de Francisco de Montes e Silva: “O Comissário Lourenço Feitosa ficava sempre colocado em frente do seu adversário”.

Eram quentes as relações de amizade dos cunhados, quando, no governo da Capitania, o Capitão-mor Salvador Alves da Silva (empossou-se no cargo em 1º de novembro de 1718) conquistou o Comissário a cornucópia das suas simpatias. A sesmaria de João de Montes, concedida desde 1706, entre o riacho Truçu-de-baixo e o sítio da Telha (atualmente cidade do Iguatu), sob pretexto de não ter sido povoada, foi agora doada ao poderoso Feitosa (despacho de 6 de fevereiro de 1720) e, cinco meses depois, outra sesmaria de Francisco de Montes e Silva — a Lagoa do Iguatu (recebida por ele desde 1709) sob idêntico pretexto lhe é transferida acintosamente, por ato do mesmo governante. Daí por diante, surpreende o número de concessões de terra a Lourenço Feitosa. Tem a palavra o meticoloso Antônio Bezerra: “Sabe-se que o Capitão-mor Salvador Alves da Silva, quando esteve em serviço no Arraial de N. Senhora do Ó, hoje cidade do Icó, de



15 de junho a 1 de junho de 1719, acercou de prestígio a Lourenço Alves Feitosa e por essa ocasião concedeu-lhe uma sesmaria em 15 de junho desse ano, no riacho Truçu, antigo Amoré; em 23 do mesmo mês, outra no riacho Cariuzinho, hoje S. Miguel, afluente, à esquerda do Salgado, o qual desagua no Carrapateira, duas léguas acima da cidade; em 6 de fevereiro de 1720, outra, na Lagoa do Iguatu, duas no dia 8 de julho do mesmo ano de 1720; uma no riacho Corrente, afluente à esquerda dos Carás e este afluente, à esquerda do Salgado, e outra no riacho do Jucá no termo de Arnelrós; outra no riacho Jorge Mendes, hoje Capim-pubo, em 9 de julho de 1720; outro no sítio Quixoá, no Município de Iguatu, em 11 de junho de 1720, outra em 6 de julho de 1720, no riacho Cangiati, limite entre S. Mateus (atualmente cidade de Jucás) e Iguatu, outra, em 7 de julho de 1720, no sítio Irapuás, de S. Mateus para cima; outra em 25 de agosto de 1721, no sítio Caldeirões, em Saboeiro”.

O Capitão-mor Manuel Francês, que desenvolveu depois esforços para conter a dissensão entre os dois poderosos colonos — continua Antônio Bezerra — deu-lhe também, em 2 de dezembro de 1721, uma data no riacho da Boa Vista, começando do Poço-fundo para cima, em Saboeiro, em 12 de dezembro de 1721, outra no riacho do Truçu, pegando abaixo da Cachoeirinha, fronteira às serras dos Inhamuns; em 4 de setembro de 1723, duas no rio Cariú, cabeceiras dos últimos providos, e o olho d'água Cana Brava, nas ilhargas do mesmo Cariú, e ainda em 13 de março de 1724, duas — uma no Cariú e cabeceiras da lagoa Cariris, a outra no olho d'água de S. Mateus”. (5).

Para cúmulo da proteção afrontosa, dera Salvador Alves Feitosa a nomeação de Coronel de Cavalaria das Ribeiras do Quixelôs e Inhamuns (carta de 15 de junho de 1719). E mais: nomeou Gregório Martins Chaves, legítimo Feitosa, para o posto de Administrador dos tapuias Quixelô. Agiam assim, de barço e cutelo os Feitosas nas ribeiras do Icó, dos Quixelôs e dos Inhamuns, estimulados, além do mais, por uma



“justiça imprudente”, que se encarnaria na pessoa do Ouvidor José Mendes Machado, ostensivamente bandeado para o lado da gente vinda do Serinhaem. No cargo desde setembro de 1723, essa autoridade — são palavras do Barão de Studart — “depois de andar em correição pela Ribeira do Acaracu, passou-se, em dias de maio de 1724, para a Ribeira dos Icós e Cariris, onde se fez parcial de Francisco Alves Feitosa contra os Montes. Apesar dos Bandos do Capitão-mor Manuel Francês e dos conselhos e representações do Senado da Câmara do Aquirás, o Ouvidor manteve-se em luta acesa contra os adversários, ao ponto de ver-se obrigado, diante do levante do povo, a fugir para a Bahia”. (33).

Explodiam sangrentos e brutais, os conflitos entre as duas famílias. “Os chefes de uma e outra parcialmente viviam incessantemente debaixo de armas e prontos a acudir a qualquer chamado — escreve o velho historiador Pedro Théberge. Toda a Capitania ressentiu-se das conseqüências dessa luta; toda a população viu-se obrigada a pronunciar-se a favor de uma ou outra parcialidade, porque a neutralidade era tida como crime capital”. (30).

“Como é natural — é outro velho historiador quem fala — a luta continuou sempre acesa entre os dois partidos. Açuladas as paixões, sem que achassem leito regular por onde derivassem num princípio superior que as temperasse, transbordaram em deploráveis excessos”. (8).

Assumindo as funções de Capitão-mor governador, Manuel Francês, por todos os meios suasórios, procurou trazer os litigantes à serenidade. Do Capitão General de Pernambuco recebera ordem para isto, mas, infrutíferos os conselhos e advertências, teve de agir com os rigores que a solução do caso gritantemente exigia, expedindo bandos ou editais, de que é bem a expressão o datado de 8 de março de 1726: “Porquanto são notórias as hostilidades e mortes que tem havido nesta capitania em razão dos ódios que há tantos anos entre parcialidades de uns chamados Feitosas contra os Montes,

ajudada esta (razão) de uma justiça imprudente nos longes de cento e trinta léguas desta Fortaleza, fazendo-se dificultosos os remédios para se poderem atalhar estes males ainda feitos e ajudados de Tapuias bárbaros que não conrecem a razão, e como eu as sobreditas parcialidades há três ou quatro anos sempre pretendi para as conservar em paz e sossego, mandando-lhes cartas, ordens e bandos para se absterem de hostilidades, e agora novamente vejo ainda as querem continuar, sendo isto tantó em serviço de Deus e de Sua Majestade, pelo que, fazendo junta de alguns oficiais homens bons, se resolvem nela que os Tapuias Jenipapos, Icós e Quixariús não pegassem mais em armas contra os brancos e fossem retirados para o Piauí, até resolução de Sua Majestade à ordem do Mestre de Campo da Conquista Bernardo de Carvalho de Aguiar, e faltando crua guerra como também ficarem fora das Ribeiras até ordem do dito Senhor, e as Ribeiras ficarem sossegadas o Coronel João Fonseca Ferreira, Francisco Alves Feitosa e seu filho Francisco Alves, seu irmão Lourenço Feitosa, e da outra parcialidade Antônio Mendes Lobato, Manuel de Souza Barbalho, Teodósio Nogueira e Antônio Gonçalves de Souza, e que todos estes deixem seus procuradores para a arrecadação de suas fazendas etc.; os moradores daquelas Ribeiras se ponham em suas casas e guardem o que aqui ordeno, sob pena de serem confiscados seus bens para a Coroa e serem todos tidos por revoltosos e castigados em pena de morte" (5).

Lourenço Feitosa retirou-se, então, para Pernambuco, e o irmão Francisco Alves, avisado de que seria preso, fugiu para o Piauí.

Segundo Théberge, os Montes teriam esquecido o passado, "mas os Feitosas continuaram a viver a sós consigo mesmos, sem relação nem comunicação com o resto da população, e conservando sempre grande séquito de malvados, que coitavam contra as perseguições da autoridade". (5).

Os documentos comprovam que os Feitosas, afinal, foram declarados em culpa, nas devassas ou sindicâncias feitas

pelo Des. Antônio Marques Cardoso, tendo-lhes sido sequestradas (a Lourenço) "como paga para a alçada do levante" seis léguas de terra no riacho Truçú, as quais, em parte, haviam sido usurpadas a João de Montes e foram arrematadas, em hasta pública, pelo Coronel João de Barros Braga. (5).

Foi desse modo, extremamente estúpido, que se povoou o alto Jaguaribe. A família Montes e Silva, desdobrada em outras, desapareceu com esse nome. Os Feitosas conservaram o seu espírito de clã, guardando relativava unidade, hoje representada por muitos elementos de escol, que honram a vida cultural e política do Ceará.

Mal terminavam as razias monte-feitosianas, e já componentes da família Feitosa ingressavam em novas contendas sérias e sanguinolentas: Motivou-as uma das incontáveis "questões de terra", tão contraditórias nas crônicas do povoamento do sertão, e a outra parte foi José Pereira Lima, "português rico, poderoso e com créditos de valente, morador na fazenda Ponta da Serra, nas faldas da Serra do Araripe". Convulsionar-se-ia o Cariri, nessas horrendas vias-de-fato, com o balanço de muitas mortes. Tinham falhado as vias da lei, requeridas inicialmente para decisão da controvérsia de limites. Por volta de 1734.

Porque o filho de Francisco Alves Feitosa tivesse Ferro no nome, a tradição diz que Pereira adotou o de Aço, e a guerra de família passou a ser conhecida pela dos Ferreira Ferro e Pereira Aço. O valentão luso foi preso e remetido apra a Bahia, nde respondeu às apelações do processo, e anos depois, adbsolvido, voltava aos seus lugares, quando, de be e a muitos outros, inclusive Antônio de Montes Pereira, João 18 de janeiro de 1682, ao Capitão Bartolomeu Nabo Correia xiga. faleceu no Recife.

A impulsão colonizadora do grande vale não iria parar. No entanto, é possível marcar a metade do século 18 como o fim do período mais aventuroso e cruento, com o domínio

da terra agreste, pelo chantamento de currais garantindo a feição pastoril que caracterizaria a nova ordem de vida nesta parte do Norte-Leste brasileiro, e sobretudo pela desgraçada destruição do seu primitivo dono, escurraçado, espoliado, reduzido ao cativoiro ou abatido sem dó pelos trabucos e as espadas do ibérico ambicioso da conquista de mais chão para as suas botas e mais ar para os seus pulmões, neste Continente Novo, aquém Atlântico, que era preciso civilizar.

Declinara, pode dizer-se encerrava-se a fase guerreira dos descobrimentos, a que se seguiria, ainda por bastante tempo, outra atribulada de ameaças dos remanescentes incolas e dos perigos das onças traiçoeiras e dos ofídios venenosos.

No vale jaguaribano, das missões dos índios não mais nenhuma restaria, transportados para outras mais próximas da sede da Capitania — a dos Pacajus e as de Paupina (Messejana), Parangaba e Caucaia. Nos locais daquelas primitivas, no entanto, geraram-se pequenos agrupamentos humanos que, com o tempo, evolveram para vilas e cidades, e é assim que da Missão do Miranda nasceu a cidade do Crato; da Missão da Telha, a cidade de Iguatu; da Missão do Sitio Banaburuú, a vila da Barra do Sitiá; da Missão do Areré, a vila deste nome.

Outras aglomerações dêmicas formaram-se em torno de arraiais ou casas-fortes de defesa, como a do Icó, a do Jaguaribe-mirim, a de São João do Jaguaribe, a de Russas, a do Aracati, que sem demora receberam a categoria de Vila, com o seu senado de Câmara, a sua organização de milícia, o seu pelourinho, com os seus juizes pedâneos, as suas igrejas e os seus vigários. São essas vilas salientes referências naquele vasto campo de fazendas de criar, onde a vida social e econômica se constituiria em estilo sobremodo sui generis, um tanto feudal — o chefe ou fazendeiro a dominar severamente, cheio de autoridade própria e do respeito dos outros que integravam o latifúndio curraleiro — a família, os domésticos, os moradores, os vaqueiros.



Multiplicavam-se aquelas fazendas — já tivemos ensejo de escrever — “pequenos mundos, maiores uns, menores outros, sem delimitação certa, motivo freqüente de rixas entre confiantes, senão de lutas armadas das mais graves consequências, interessando diretamente filhos, parentes, amigos e agregados. Prosperavam as herdades com o aumento dos rebanhos, a pnto de ser impossível, muitas vezes, distinguir os gados de posseiros vizinhos, o que determinou o uso de matarem as reses no campo, dando parte uns aos outros do que matavam, para se inteirarem reciprocamente. Em 1788, já eram mais de 550 as fazendas. Em cada uma delas crescia o número de agregados ou moradores, em grande parte índios mansos que por fim constituíam família, aí ficavam como pessoas de casa, de cujas alegrias ou desventuras participavam, não faltando, para integrar o pequeno feudo, o encosto de forasteiros, quiçá fugitivos da justiça ou da ação vingativa dos parentes de suas vítimas. Toda a vida da fazenda girava em torno de sua própria finalidade: o gado. A lavoura mais servia que para atender, supletivamente, às necessidades de quantos nelas se ocupavam: dos roçados, na época das chuvas, colhiam-se o feijão, o milho, as abóboras e a mandioca, depois que o cultivo desta foi introduzido; no estio, o celeiro eram as “vazantes” onde se plantavam melancias, melões, feijão ligeiro e não muito mais. A abundância da carne, da variada caça, do peixe e do mel silvestre (jandáira, jati, cupira, enxu, capuxu, o delicioso enxuí), não dava maiores cansaças ao pessoal, tanto mais que restritas as suas necessidades de conforto e exigências da alimentação.

Só o gado empolgavam, no seu zelo, na sua conservação, na junta das boiadas que se remetiam para as feiras e na matança para o preparo de couros e solas destinados ao consumo e à exportação. As grandes feiras eram as de Pernambuco e Bahia, e na condução dos bois para elas ficaram clássicas as “estradas das boiadas”, das quais a principal era o caminho dos Inhamuns, que drenava do Piauí e dos sertões mais centrais do Ceará as manadas de corte para aqueles cer-

cados pernambucanos e baianos. Pela estrada geral do Jaguaribe despejavam-se os bois e as couramas para o embocadouro de Santa Cruz do Aracati.

Aos poucos, envolviam as fazendas para aquele estágio a que se refere Capistrano: "casas sólidas, espaçosas, de alpendres hospitaleiros, currais de mourões por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de redes e pano grosseiro, açudes, engenhocas para o preparo da rapadura, capela e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos, não como fator económico, mas como elemento de magnificência e fausto", tudo sintoma duma situação de maior fartura, inclinada para para certo luxo e requinte que, no século imediato, caracterizará a aristocracia matuta, forcejando, sem o conseguir, por nivelar-se à nobreza dos engenhos, valiosa e ademanada.

Não durou muito, e verificaram os fazendeiros cearenses que no comércio das boiadas estavam levando desvantagem aos do Rio Grande e da Paraíba, mais pertos do consumo do Recife, de Olinda e Salvador.

As dificuldades e prejuízos nascidos das compridas travessias e o ônus decorrente do pesado tributo subsídio de sangue, que se cobrava mingando o lucro, obrigaram-no a preferir a venda da sua matéria-prima — a carne — industrialmente preparada, reduzida a mantas conservadas pelo sal e capazes de resistir, sem deterioração, a longas viagens. Cedo, o produto obteve aceitação dos comandantes de barcos que faziam a pequena cabotagem nos portos da Capitania, e foram eles que o levaram às outras praças das Capitánias próximas.

Depois, a experiência veio demonstrar a conveniência de erguer nos portos de embarque as salgadeiras transportando para aí as reses a carnear.

Nestes mesmos portos se conjugavam os elementos que a indústria requeria: o sal em depósitos naturais e, portanto,

de utilização facilíma, ventos constantes para a secagem, e as facilidades dos embarques, saindo o produto, sem maior despesa, das fábricas de beneficiamento para as embarlações — sumacas e barcos de vários tipos.

E tamanho foi o êxito dessas fábricas, também designadas com o nome de charqueadas ou oficinas, que pelo resto do século constituiu o principal e quase exclusivo comércio da Capitania — a exportação da chamada carne do Ceará.

Na evolução econômica cearense bem se poderá afirmar que o tempo de duração dessa indústria formou um ciclo próprio, de alta relevância, o início das oficinas, que passou ao Rio Grande do Norte e ao Piauí.

Oficinas sucederam-se nas embocaduras do Jaguaribe, do Acaraú, do Coreaú e, fora do Ceará, nas do Açu, Mossoró, e ao longo do Parnaíba.

Constavam de instalações mais ou menos toscas para os processos da carneação, da salga e da secagem: “a tanto se chamavam na época — segundo Simões Lopes Neto, aludindo à charqueada fundada pelo cearense José Pinto Martins, no lugar hoje cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul Sul — uma apressada construção de galpões cobertos de palha, varais para estender a carne desdobrada, salgada, e algum tacho de ferro para a extração de parca gordura dos ossos por meio de fervura em água. O sal do Reino só se empregava para encharque — salgação da carne. A courama era estaqueada, seca ao sol, o sebo, simplesmente lavado, posto ao tempo em varais e depois secados, em formas de madeiras cúbicas, produzindo pães de peso variável. A ossamenta era amontoada e queimada e esta cinza atirada para aterros, ou servia, empilhada, para fazer mangueiras e cercas. Todas as demais partes do boi não tinham valor comercial e eram atiradas fora. (19).

Saint-Hilaire viu-a, talvez já mais aperfeiçoada: “Diante da residência do senhor Chaves, estende-se um belo gramado



e além vêem-se várias fileiras compridas, de grossos paus fincados na terra. Têm cerca de 4 pés, sendo cada um terminado por uma pequena forquilha. Essas forquilhas recebem varões transversais destinados a estender a carne e selar, no tempo das charqueadas. Ao lado destes secadores existe o edifício onde se salga a carne e onde é construído o reservatório, denominado "tanque". (27)

Preparava-se a carne de duas formas — de tassalho e de posta, e depois de seca se recolhia em taboleiros ao armazém, donde era depositada em pilha no porão do navio, e quando cheio este, acomodando-se o restante da carga em garajaus. (21)

O carregamento duma sumaca corresponde, aproximadamente, a produção de duas mil reses, ou seja, no mínimo, 80.000 quilos de carne seca, imputado a cada uma o peso médio de 200 quilos (o que não é exagerado para o gado da época) e o rendimento de 20%, o que nos parece pouco.

A carne de tassalho provinha das mantas, em número de duas, formadas pelas massas musculares que cobrem o pescoço, as costelas e os flancos, ao passo que a outra provinha dos quartos, que davam seis postas, duas para cada traseiro, e uma para cada dianteiro. (6)

Não se sabe ao certo quando principiaram a funcionar as charqueadas do Ceará, mas é fora de dúvida que datam de época anterior a 1740 e surgiram primeiramente no pequeno arraial de São José do Porto dos Barcos, depois elevado à categoria de vila com o nome de Santa Cruz do Aracati, hoje cidade do Aracati, pois, a 2 de junho de 1741, a Câmara de Aquirás, de acordo com um provimento deixado pelo ouvidor Tomás da Silva Pereira, impusera sobre os donos e mestres de navios, ali entrados para receberem carnes e couros, um tributo destinado às suas despesas, equivalente a 8\$000 para o barco que carregasse mais de mil arrobas, e 6\$000 para o que carregasse menos, e 4\$000 para os que levassem



somente courama. (29) Tal resolução mereceu severa ré-preensão do Rei, que pela ordem de 6 de setembro de 1741 mandou restituir aos mesmos donos e mestres o imposto recebido. (29)

Ganhava cada dia maior vulto o movimento comercial da povoação, para a qual afluía gente de toda a casta, e isso originou, em 8 de janeiro de 1743, sugerir o capitão-mor Dom Francisco Ximenes de Aragão a necessidade de irem um juiz ordinário e um tabelião de Aquirás para o lugar do Aracati de Jaguaribe, como meio de evitarem-se desordens, mormente quando aportam os barcos "que todos os anos vão aí fazer carnes". (33) E como não tivesse resposta insistiu na sugestão a 8 de junho imediato. (29)

No ano seguinte, em 24 de julho, o Ouvidor Manuel José de Farias propôs a criação de uma vila no Aracati, que, a seu ver, viria a ser a corte deste "Siará" em breves anos, por ficar nas margens do rio Jaguaribe, navegável as mesmas sumacas em distância de três léguas, e de fato vêm ao seu porto todos os anos vinte e cinco e mais léguas e mais que a troco de fazendas que trazem, levam a carne e courama de dezoito até vinte mil bois para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro". (33)

Com efeito, aprovada a proposta em 4 de maio de 1745 pelo Capitão-governador de Pernambuco, reuniram-se os principais moradores do Aracati e suas vizinhanças na casa do Capitão-mor João de Teive Barreto e Meneses, para tratarem da criação da vila (8 de março de 1746) e tendo opinado a favor do Conselho Ultramarino (12 de dezembro de 1747) foi realmente criada dita vila pela resolução régia de 11 de abril de 1747, sendo instalada em 10 de fevereiro de 1748, pelo citado Ouvidor Farias. Até então o ramo de indústria das carnes secas tanto crescera que se fabricavam anualmente 20 a 25 mil bois. (1)

A vila de Santa Cruz do Aracati veio a tornar-se o mais movimentado e rico empório de transações da Capitania,

muito especialmente passada a época anual das chuvas, quando se facilitavam as viagens das boiadas e cavalhadas e dos carros de boi transportando do interior couros, vaquetas, solas e algum algodão, voltando para as fazendas carregados de sal e outras mercadorias.

É verdade que, logo após a criação oficial da vila, o movimento afrouxou em virtude de certas determinações das novas autoridades, a que os armadores não quiseram sujeitar-se, e também das últimas inundações do rio Jaguaribe: "Nem o edificar-se e erigir-se (a vila) no dito Aracati a aumentou — explica o ouvidor Proença Lemos — antes se diminuiu muito o concurso dos barcos porque, vendo-se os negociantes vexados das posturas daque a Câmara, e sem a franqueza que gozaram antes de ali haver vila, começaram a fazer viagens para a Parnaíba e Ribeira do Acaraú. (\*)

No entanto, a sua posição privilegiada em relação aos mercados de Pernambuco e Bahia não deixou, nada obstante a pouca profundidade do seu porto, (31) morresse ela completamente, sobrevindo, pelo contrário, vigoroso reflorescimento que lhe trouxe inegável hegemonia econômica e também social, por muito tempo, sobre os demais centros de população do Ceará.

A indústria saladelril que se desenvolvera colateralmente no Acaraú, no Camocim e em Granja, alargou-se ao Parnaíba, e ao Açú e Mossoró (\*\*\*) no Rio Grande, concorrendo extraordinariamente, de par com um constante aumento da exportação dos couros e solas, para a valorização do gado, elevando-se o preço do boi (1787) a 4\$000 e 4\$500, o dobro do antigo valor.

Mas, tudo isso contrariava interesses fiscais e econômicos de Pernambuco, e as oficinas do Rio Grande — as do Açú e as do Mossoró — foram proibidas oficialmente de funcionar, sem que, no entanto, a proibição atingisse as do Ceará. De modo que, em virtude disso as do Aracati receberam novos impulsos, trazendo para a vila notível florescimento.

O Capitão-mor do Ceará, Azevedo Montauri, cujo governo começou em 1782, quando realizava uma das suas inspeções, manifestou que "das vilas todas da Capitania só esta do Aracati merece o nome, e até mesmo os habitantes de'a, ou porque sejam a maior parte deles forasteiros, que vêm de outras partes fazerem os seus negócios, ou porque a providência assim o permite, são os mais quietos e pacíficos desta Capitania".

Enriquecia-se, assim, a Colônia cearense com os negócios das carnes preapradas, mas eis que outra calamidade climática o assalta — a seca de 1790-93, espantosa nos seus efeitos gerais e aniquiladora da rendosa indústria. As crônicas nordes-tinas estão repletas de alusões a esta seca, chamada vulgarmente seca-grande ou "seca comprida", que, matando os rebanhos, quase inteiramente, liquidou em definitivo o comércio das carnes, cujos mercados consumidores passaram a ser abastecidos, algum tempo ainda, pelas fábricas do rio Parnaíba. (14)

Outro fator veio concorrer para a maior intensificação demográfica econômica do Vale do Jaguaribe, notadamente na parte sul, da confluência do Salgado para as suas cabeceiras então denominadas Carás. Foram as explorações, algo ilusórias, das minas auríferas dos chamados Cariris Novos, chefiadas por Jerônimo Mendes de Paz. Começaram as escavações em 1752. Ali, construiu ele casas e quartelamentos cobertos de telhas fabricadas pelos próprios soldados que trazia do Recife e dispôs as coisas de maneira a preservar o policiamento das circunvizinhanças para evitar a evasão dos quintos da Fazenda Real, e os roubos e crimes, que aglomerado vivia, em torno, gente de todo jaez. Organizou-se, mais tarde (1756), uma empresa — a Companhia de Ouro das Minas de S. José dos Cariris — com a duração de um ano e composta de 20 sócios, que se obrigavam a subscrever, para os fins sociais, certa quantia em dinheiro e a entrar com determinado número de escravos africanos. Ao sócio Capitão Antônio Jacó Viçoso foi confiada a intendência da mineração, feita por 73 escri-



vos, ou, mais certo, sessenta e nove deles, pois três se extraviam no caminho. A sociedade não conseguiu lucros compensadores, dissolveu-se e os negros voltaram para o Recife, não se mesclando, portanto, no caldeamento racial que estava formando a gens cearense. Mistura houve, sim, de gentilha que afluiu às minas, brancos e mamalucos de toda sorte.

Do primitivo local, as catas passaram-se alguns anos depois para o lugar onde hoje está a cidade de Lavras da Mangabeira. A mineração dos Cariris acabou proibida por uma Resolução Régia, datada de 12 de setembro de 1758, com estas razões: "que não se minerasse mais nas Minas dos Cariris nem em outra alguma, que nestas Capitânicas aparecesse, na consideração do prejuízo que delas se têm seguido, com perda não só de Sua Real Fazenda, mas dos seus fiéis vassallos que se interessavam em beneficiá-las, como a experiência tem feito evidente, além do incômodo que resulta de estes não applicarem sua indústria à agricultura e comércio". O Barão de Studart dá-nos conta pormenorizada desse fracasso mineiro. (32)

Em resumo, na segunda metade do século 18, o povoamento da bacia Jaguaribana alcançava o seu ponto de consolidação. Na Ribeira do Jaguaribe havia duas Freguesias, bem organizadas — a de N. Senhora do Rosário de Russas e a de S. Antônio de Quixeramobim, a primeira com 5 capelas filiais, 123 fazendas criatórias, 1027 fogos ou habitações e 4525 pessoas de desobriga; e a segunda, com uma capela filial, 117 fazendas, 226 fogos e 924 pessoas de desobriga. Na Ribeira de Icó, a de N. Senhora do Carmo de Inhamuns, a povoação de índios jucás, do Arneirós, a freguesia de N. Senhora da Penha da Real Vila do Crato, e a de S. José dos Cariris.

Ao todo, 3 Vilas, 7 Freguesias, 18 capelas, 554 Fazendas; 5074 fogos e 15.361 pessoas de desobriga.

A Vila do Aracati fôra inaugurada em 10 de fevereiro de 1748; a do Icó, já fora em 4 de maio de 1738; a de Crato, em



21 de junho de 1764; a de Quixeramobim, em 13 de junho de 1789.

Bem perto da saturação estava, assim, a ocupação do território e finda-se com esse panorama a centúria e com eia a obediência administrativa do Ceará ao Governo Geral de Pernambuco. A Carta Régia de d. Maria 1a., datada de 17 de janeiro de 1799, dava-lhe como à Paraíba, independência "em tudo o que diz respeito a proposta de oficiais militares, nomeações interinas de oficiais e outros atos do governo", e também no comércio direto com o Reino, fator de alta importância para o seu desenvolvimento.

Em setembro seguinte, o seu primeiro Governador próprio, Bernardo Manuel de Vasconcelos — chegando a Fortaleza, iniciou a execução do Decreto Real, abrindo outras perspectivas à vida e ao progresso da pobre e martirizada Colônia nordestina.

## ORIGEM DOS OCUPANTES

Em verdade, até os idos de 1720, as fazendas ou sítios, na sua quase totalidade, ainda estavam confiados a vaqueiros audazes e prevenidos de armas, de modo que só desse ano em diante é possível consignar a existência de famílias organizadas, ou seja, as primeiras geratrizes da genealogia cearense.

Esta nossa afirmação mereceu reparos de Pompeu Pequeno de Sousa Brasil, culto cearense residente em São Paulo, para quem os séculos 17 e 18, mormente o primeiro, são os mais interessantes para a nossa genealogia, por serem os únicos que podem informar sobre o caldeamento étnico com os aborígenes e, por isso, "o conceito só deve ser admitido com a devida restrição, a fim de, por comodidade, não impedir novas pesquisas". Entende que, no decorrer do referido século 17, os militares dos presídios ou fortificações de Pero Coelho, Soares Moreno, Matias Beck, e o da Nossa Senhora da Assunção não se conservaram sexualmente abstênicos, pois que "apesar das proibições, aliás mais formais que reais, amigavam-se com mulheres indígenas. Sendo os lusitanos muito sensuais e as americanas muito fecundas, de certo produziram mestiços em grandes quantidades".

Não se pode negar tenha assim acontecido, atenta a excepcional capacidade de miscigenação do português, a ponto de Gilberto Freyre sentenciar que a glória do seu sangue não é tanto a de guerreiro imperial que conquistasse e subjugassem bárbaros para dominá-los e explorá-los de alto, mas sim, principalmente, a procriar europeus nos trópicos. Dominou as populações nativas, misturando-se com elas e amando a gosto as mulheres de cor, e foi o amor à mulher e ao filho mestiço que animou muitos dos patriarcas da raça portuguesa do Brasil a se fixarem na terra bruta”.

Afonso Arinos de Melo Franco disse noutras palavras: “Podemos assegurar sem receio que a mais segura espada da conquista, o mais eficiente instrumento de trabalho do português, nos primeiros tempos, foi o seu priapo inexaurível e ardente”.

Mas, uma coisa é haver mestiço em grande quantidade e outra existirem famílias no sentido grupal de consanguinidade. São coisas diferentes, convém deixar bem acentuado.

Primeiramente, é bem certo que, no aludido século 17, não houve aglomeração do homem branco no Ceará senão em pequenos focos, não muito estáveis, só o da Fortaleza mostrava alguma segurança. Os soldados do fortim de Soares Moreno eram 33, quando foi tomado em 1644 pelos holandeses, e estes não mantiveram ali senão poucos homens, até serem trucidados pelos índios. Os de Matias Beck somavam muito mais, porém é sabido quão severas as proibições em relação a eles, no tocante aos contatos raciais com os nativos. Gonçalves de Melo Neto, transmite-nos que, por mais estreita que tenha sido a amizade de uns e outros, nunca foi possível criar entre as duas raças laços mais firmes do que os da simples aliança militar. O Conselho Supremo, o Conselho Eclesiástico e os predicantes tinham para com tais aproximações indisfarçável reprovação e mesmo gestos de indignação. “Podemos citar — acentuar — diversos flamengos casados ou amigados com índios (Rabe, Doncker, Jacob Kint); entretan-

to, isto foi causa até de deportação, como a de certo Gaspar Baem, ex-alferes que, no Ceará, contra expressa proibição que daqui mandam dizer os Supremos Conselhos "que ninguém se unisse com brasilanos por ser um povo muito cioso ('jalou') — o que deu motivo a que os nossos fossem expulsos dali — apesar disto, amigou-se com uma índia, pelo que foi deportado". E cita casos de três outros, menos desobediente, que Baem, os quais, solicitando ao governo do Recife autorização para casar-se com mulheres brasileiras (índias), tiveram como resposta que, embora "coisa melindrosa proibir alguém contrair matrimônio", procurasse Beck pelos meios suasórios sobrestar tais casamentos.

Com a retirada dos holandeses, voltaram os lusos ao Ceará, mas os capitães-mores não traziam as famílias, salvo João de Melo de Gusmão, que veio com a mulher e três filhos, em 1663. "Até a i, sustenta o Barão de Studart, gente branca no Ceará era a infantaria do presidio ou algum missionário na sua faina do bem".

Melo de Gusmão, alegando ter cinco filhos, e um parente com sua mulher, todos debaixo de sua limitação e não ter cabedal para os deixar na corte, nem parente a quem arri-masse sua casa, pediu permissão para trazê-los e o Conselho Ultramarino o autorizou, "por na Capitania do Ceará não haver mais que o gentio da terra e os soldados que a defendem e por não poder evitar que os casados se acompanhem de suas mulheres. A proibição que há — diz o Conselho — (e que é justo que guarde), é ser a de que os governadores das praças povoadas não levem a elas os filhos ou parentes mancebos pelas queixas a que dão ocasião com os seus procedimentos"

Noutra petição, de 18 de janeiro de 1666, Gusmão já fala em dois casais, além da mulher e dos filhos, e tudo indica que os trouxe, porque, falecendo no governo, a viúva D. Teresa, retirou-se com as três filhinhas para o Maranhão, fazendo por terra viagem verdadeiramente temerária.



Nenhuma descendência, conseqüentemente ficou dessa família.

Em 1676, o Capitão-mor Jorge Correia da Silva sugere à metrópole medidas atinentes ao aumento da Capitania, "já fazendo fortificações e povoações, já se lhe metendo casais" sem contudo algo obter.

Por maior que tenha sido a preação voluptuosa das índias pelos brancos sensuais, não é, pois, razoável afirmar tenham deles resultado, no século 17, fenótipos capazes de influir, ponderavelmente, na preparação da gens cearense.

É certo que Capistrano de Abreu reputa de origem galo-índigena produtos raciais — loiros de olhos azuis — ainda hoje encontradiços no interior do Ceará, constituindo às vezes famílias que, no tocante à cor, destoam do ordinário dos habitantes. Seriam tais produtos resquícios dos cruzamentos de contrabandistas franceses "homens sem mulheres de sua estirpe que, ao pisarem a terra, logo entraram em relações sexuais com as índias, as quais não lhes ppunham a menor resistência". Até do Maranhão teriam vindo muitos, gerados durante o domínio da França Equinocial.

O Capuchinho Ives d'Avreux, cronista da época, insinua que era mamaluco dessa espécie o tuxauá Diabo Grande (Juripariagu), aliado dos gauleses encontrados pelo explorador Pero Coelho. A esses híbridos, por ventura, ter-se-ia referido Soares Moreno em trecho da sua *RELAÇÃO* de 1618, bem como o Padre Luís Figueira, na sua de 1609.

Por outro lado, é muito repetido que esses louros de olhos azuis são vestígios de ocupação holandesa.

Não só no Ceará, como noutros Estados do Nordeste, é corrente a lenda criada desde cedo, de terem os flamengos deixado no mais recôndito sertão traços de sua passagem.

Numa das cartas que em 1757 Jacó Viçoso, administrador das minas de São José dos Cariris, escreveu a Lobo da Silva,

Governador de Pernambuco, tem-se idéia desse mito: "A admiração que acho, nestes sertões, é somente que existindo os Holandeses desta Capitania vinte e um anos e entre estes só sete em paz, em tão pouco tempo calculavam nestas campanhas e sem outras partes mais esquisitas: no que mostram-se tanto com o gentio que dos mais ocultos lugares os faziam cientes o que não tem logrado os portugueses, sendo os primeiros conquistadores estabelecidos; tendo tido noticia de bosques, serras e montes donde se acham ferramentas e socavões de holandeses sem até o presente serem examinados, e ainda me causa mais admiração saber-se, por ditos de alguns índios, que distante deste lugar ao pé de oitenta léguas se acha uma casa de pedra de abóbada com sua porta forte, junto a uma lagoa, serviço dos holandeses, e por tradição dizem tem um riacho junto, que tem metal desta ou daquela qualidade, e há tantos não houve um índio que descobrisse estes e outros lugares para nos incógnitos, e de presente se tem feito duas entradas a dita lagoa. Uma bandeira que chegou do Urubu, distante deste lugar boas duzentas léguas, e entraram no Riacho Jacara que faz barra ao rio do S. Francisco e outra que saiu deste Cariri que foi entrar no Riacho da Brígida que faz barra no dito rio e nas cabeceiras desses 2 riachos (que a vista dos destes Cariris são grandes rios) dizem estão a dita casa e lagoa, confinantes já no Piauí; achavam-se vários letreiros em pedras grandiosas a tinta vermelha, alguns já quase apagados que outros se percebem; o efeito destas diligências tão custosas e remotas não podiam ser sem grande ajuda de custo por razão do deserto, longuetura e gentio".

Tais letreiros e desenhos nas pedras, cavernas, restos de muros, de pedras, construções semi-coberta de vegetação, fortalezas abandonadas, igrejas, capelas, túmulos sem epitáfios teriam sido trabalhos de Holandeses — resume Câmara Cascudo.

Pessoas cultas, porém menos avisadas, endossam a crença errada e até escritores de renome vão na onda, como acon-

teceu ao norte-americano Roy Nash, credulamente ouvindo-a dos engenheiros das Obras Contra Secas, nos sertões do Ceará e Pernambuco, quando lhe mostravam "crianças de cabelos louros e finos olhos azuis e traços inconfundivelmente holandeses, vivas lembranças dos arrogantes avós que, no século 17, arrecadavam tributos nas Capitânicas do Norte". E também Pompeu Sobrinho, com sua afirmação de que "ainda se encontram nos sertões tipos que, por atavismo, lembram a constituição somática, a cor da pele, dos olhos e do cabelo etc. dos flamengos".

Adianta Pompeu ter verificado isto, pessoalmente, algumas vezes, sobretudo por ocasião das secas, nas construções de vulto, quer de açudes, quer de estradas, onde se concentram milhares de sertanejos. (24).

Entretanto, nem uma nem outra, nem descendentes franceses, nem flamengos.

Carlos Studart Filho, autorizado conhecedor do Ceará Colonial, demonstra que esses "blondeurs" não passar de "simples atuação do sangue composto dos lusitanos, sangue cujas influências foram sempre, e em todos os pontos, preponderantes nos destinos do Brasil".

Para povoar o Nordeste vieram moradores de todos os recantos de Portugal e das ilhas açorianas, já de si possuidores, à custa de demoradas integrações históricas, de caracteres morfológicos próprios da gente loura do Norte e Centro-Norte da Europa Ocidental.

O português colonizador era "verdadeiro mosaico de cores e de sangue em perpétuo caldeamento" formado de celtas, germanos, iberos, hamito-semitas e muçulmanos. A contribuição germânica devem-se os discutidos indivíduos de pele branca, faces rosadas, olhos azuis e cabelos louros ou castanhos-claros — os mesmos caracteres somáticos de seus ancestrais originários do norte europeu. E conclui: — "o aparecimento, na hinterlândia nordestina, de crianças claras,

de olhos azuis ou esverdeados e cabeleira ruiva ou castanho-claro é um fato muito semelhante ao que ocorre em Portugal de nossos dias. Trata-se de meros casos de sobrevivência de antigos tipos raciais formadores do povo lusitano, que se constituíram por simples atavismo”.

Quando analisa a afirmação de Capistrano, opõe com todo fundamento: que os índios amigos dos franceses entre os quais estes poderiam haver deixado descendentes mestiços, foram massacrados em grande número ou exterminados nas costas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio G. do Norte pelos portugueses e gentios aliados, e que as correntes migratórias que povoaram o Ceará vieram, em sua quase totalidade, do levante e não seria lícito, portanto, admitir que elas carregassem galo-indígenas do Maranhão, onde os contatos das suas raças haviam sido mais demorados e proíferos, para o interior cearense.

Quanto à lendária persistência de neerlandeses, aceita que, embora no decorrer do domínio flamengo a diferença de língua, de crença e de ressentimento de ordem política jamais constituíram motivos e incompatibilidades irremovíveis entre os dois grupos raciais em presença, tendo havido mesmo ligações sentimentais em Pernambuco e por certo na Paraíba e R. Grande do Norte entre batavos e luso-brasileiros — tudo isso tem diminuta importância, porque tais casamentos foram raros e jamais tiveram repercussão de vulto no campo da etnografia brasileira, como raras foram mais ainda as ligações de funcionários flamengos com índios.

Concorda, por fim, com aqueles que, como Gonçalves de Melo Neto, se convencem da pouca e furtiva aproximação sexual havida entre brasileiros e holandeses, razão da incapacidade de tais cruzamentos para espalhar através da nossa hinterlândia, perpetuando-se, os caracteres reputados nórdicos de que seriam portadores tantos dos seus habitantes. (17)

A idêntica conclusão, explanando-a com argumentação segura, havia chegado Felte Bezerra, sociólogo sergipano, ao



estudar o fenômeno em seu Estado. Depois de salientar a notável preponderância física do homem moreno mediterrâneo na população portuguesa na qual se impregnou também o sangue negro através de não pequenas levas de escravos africanos, esclarece que no meio deles aparecem, com especialidade na zona setentrional, as intrusões de sangue nórdico, que teriam chegado, sem dúvida, ao norte africano, de lá recebendo-os Portugal, com a invasão árabe do território iberico. Sobretudo as províncias setentrionais — diz textualmente — receberam, por excelência, esses influxos de sangue do homem do norte da Europa.

É assim que se conhece o norte de Portugal como o reducto de louros do País: e em seus portos embarcaram muitos aventureiros para o Brasil. Conquanto hoje mais escassos, os tipos raciais em referência foram em maior número ao tempo dos descobrimentos marítimos.

As estatísticas do professor Eusébio Tamaguini sobre a cor dos olhos e cabelos das crianças nas escolas lusitanas, feitas em 1915, revelam a sensível frequência de cabelos louros nas províncias de Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira-Alta e Beira-Baixa, e olhos azuis no Minho, Douro e Beira Alta, e um tanto menos em Trás-os-Montes. Enquanto isto, as observações de Fonseca Cardoso, em 1602 indivíduos, no distrito de Porto, levaram o emiente antropologista Mendes Correia a concluir que há nítidas influências nórdicas na parte ocidental e suburbana do Porto, na Póvoa do Varzim etc. Essas observações de Fonseca Cardoso também são objeto de comentários de Gilberto Freyre, que, resumindo-as, afirma ser Portugal, por excelência, o país europeu do louro-transitório ou do meio-louro. Naquelas regiões lusas mais penetradas de sangue nórdico "muita criança nasce loura e cor-de-rosa como um menino Jesus, para tornar-se, depois de grande, morena e de cabelo escuro. Ou então — o que é mais característico — revela-se a dualidade, o equilíbrio de antagonismo naqueles ninhotos de que fala Alberto Sampaio: homens de barba loura e cabelo escuro. Homens morenos de cabelos

louros. Esses mestiços com duas cores de pele e que formaram, ao nosso ver, a maioria dos portugueses colonizadores do Brasil nos séculos XVI e XVII.

Por seu turno, fazendo reparos ao "Retrato do Brasil", de Paulo Prado, e depois de destacar como a Ibéria, por ser uma espécie de ilha avançada no extremo do Continente europeu, constituiu posição altamente propícia ao amálgama de raças, cadinho étnico em que se fundiam povos que vinham do oriente, tribos que, transbordando da África, apontavam ao sul, à procura de condições de vida mais amena e nórdicos que, costeando a Europa Ocidental, desciam em demanda pelo meio dia com diferentes intuitos — Pompeu Sobrinho acha que a infiltração do sangue germânico não foi em Portugal tanto como na França, onde se fez lenta, pacífica e sistematicamente, mercê dos elementos nórdicos vizinhos que transpunham o Reno. A barbarização peninsular processou-se com militares, que não traziam famílias, de modo que "o tipo teutônico ou nórdico de elevada estatura deptorrino e louro é raro". A eliminação do homem germânico da Ibéria ter-se-ia dado por relação natural, pois o meio físico condizia mal com o da origem. E cita Lapouge, para quem na Península há somente 1% de dólicos louros e estes mesmos provavelmente em partes provenientes de habitantes de habitantes norte-africanos de uma raça loura ali existente desde tempos imemoriais. (25)

Oliveira Viana informa, todavia, que antropólogos lusitanos chegam a assinalar o coeficiente de 2% de homens louros na massa da população portuguesa atual e raciocina que há trezentos ou quatrocentos anos os elementos não-iberos deviam ser mais abundantes.

O citado Falte Bezerra refere que os processos da inquisição e documentos outros indicam inoculação em Portugal de um sem número de indivíduos do norte da Itália, das Ilhas Britânicas, da Bretanha e a Alemanha, que exercem, naquele país, profissões manuais e liberais, principalmente

do século 16 e 18. As próprias Ilhas dos Açores e Madeira receberam colonizadores flamengos, como também ingleses, franceses e portugueses do norte.

Atendo-se ao povoamento de Sergipe, onde os holandeses dominaram bastante tempo, concorda em que hajam ficado ali grupos familiares com descendentes bastantes para explicar, ao lado de portugueses e ilhéus ruivos, a persistência do louro de olho azul, porém em relação ao cearense não seria plausível aceitar essa conclusão.

O alastramento povoador, no Ceará, principiou meio século após a expulsão dos flamengos em Pernambuco e Rio Grande, sendo também certo que da permanência deles nas limitadas margens do Pajeú, por muito passageira, nada restou etnicamente, como nada economicamente ou linguisticamente. É, outrossim, de acrescentar não haver registro, na história das famílias cearenses, de nenhuma linhagem holandesa. Se porventura houver jôro de sangue nórdico da gente de Nassau no Ceará nenhum nome de família se implantou entre nós, comprovador do fato, salvo, muito diuידamente os Gracismãs de que descendem os Costa Lima, de Aracati.

Aqui, igualmente, não há Wanderleys, não há Lemos, não há Terras, não há Vandragas. De origem francesa, algumas, porém decorrentes de individuos que se localizaram no Ceará já nos séculos 18 e 19, tais como os Fonteneles os Doucttes, os Boris, os Rolins, os Kleins, os Meyers; os descendentes do Barão de S. Leonardo e os do Barão Camocim, e talvez os Gurgéis.

De descendência inglesa, os Studarts, os Ellerys começados no século passado, como os Maias e Anteros, de recuos espanhóis.

Em síntese: não tem consistência científica, assegurada pelas leis da genética, a filiação de "louros de olhos azuis", habitantes do interior do Ceará, a pais franceses ou flamen-

gos do décimo sétimo século por meio de híbridos aqui ficados. "A conservação dos genes louros — recorre-se mais uma vez a Felte Bezerra — não alimentados por novas instruções, é biologicamente inaceitável". Os mamalucos portadores de genes herdados dos franceses não teriam possibilidades de transmiti-los senão em relação com brancos colonizadores.

Necessitariam para isso, mais tarde, de entrar em contato com outros brancos da mesma espécie, de modo a fazer desaparecer, gradativamente, os sinais antropológicos do íncola e prevalecer apenas os índices gálicos; e, assim mesmo, com tanta força, para que viessem a tornar-se caracteres predominantes através de três séculos a fio.

"As leis biológicas da hereditariedades não permitem uma eterna disjunção, único processo para aplicar o predomínio dos fatores de um só lado".

E é indiscutível que para o Ceará não vieram mais, perdidos no sertão, indivíduos portadores de genes gaulês ou holandês.

É possível identificar a dos Gracismãs como a primeira família a constituir-se no Vale Jaguaribano. Conjectura-se, com bastante probabilidades de certeza, tenha ela a sua origem em Joris ou Jorge Garstman, holandês que desempenhou destacado papel no drama agitado da ocupação flamenga. Comandou o forte dos Reis ou forte Keulen, no Rio Grande do Norte, e mais tarde vem para o Ceará a servir como chefe da expedição que, em 1637, tomou o fortim da barra do Ceará construído por Martin Soares Moreno. Em 1649, novamente está no Ceará, agora para ser comandante da milícia do forte Schoonenborch, levantado na foz do Pajeú por Matias Beck. Com este fez entrega da cidadela pajeuana aos portugueses em 1654, e, na viagem de retirada para a ilha de Barbados, faleceu na Martinica. Casou-se com mulher portuguesa, residente no Brasil, "cujo nome e destino se desconhecem", e dela "deixou descendência no nordeste bra-



sileiro e sobrevive nos Gracismãs Galvão". Gracismã seria deturpação do holandês Garstman, explicável pelos processos semânticos — segundo Hélio Galvão: "Vários elementos conduzem à aceitação dessa crença. Garstman era homem simpático, afeiçoado aos naturais da terra, fazendo-se proprietário e senhor-de-engenho, num processo de rápida adaptação ao ambiente tropical. Sabemos, documentadamente, que seu sogro pereceu na hecatombe de Cunhaú sob as ordens de Jacob Rabe. Sabemos que foi ele quem acompanhou dois escabinos natalenses (Manuel Rodrigues Pimentel e Estêvão Machado, morto depois em Uruaçu) na delicada missão de denunciar perante o Alto Conselho holandês as roubaheiras e insuportáveis imposições de Rabe aos moradores do Rio Grande. E sabemos por fim que, para ver-se livre do perigoso judeu e vingar a morte do sogro, Garstman mandou-o matar" (12)

Na sesmaria indez obtida pelos "homens do Rio Grande" (concedida em 23 de abril de 1681) figuraram, entre os consócios, Teodósio Gracismã, Gregório Gracismã de Abreu e mais Cipriano Lopes Pimentel e um Dorneles. Tem-se Teodósio, que foi Comissário Geral de Cavalaria, como filho ou neto de Garstman, casando-se com Paula Barbosa, primogênita do Sargento-mor Francisco Lopes e Joana Dornelas, estes também genitores de Cipriano Lopes Pimentel. Filhos daquele Comissário Geral são Gregório Gracismã de Abreu e Custódia Barbosa Gracismã, casada com Pedro Filgueiras da Costa, português de Lisboa, pais de outra Paula Barbosa, nascida em Natal, Freguesia de N. S. da Apresentação, falecida em 7 de maio de 1797 e casada com o licenciado Matias Ferreira da Costa, natural de Aracati, onde foi Capitão-mor. Este último casal foi o doador da terra precisa para a instalação da Vila do Aracati, em 10 de fevereiro de 1748, e dele descendem as velhas e ainda atuais famílias Costa Lima e Porto. Aquela, através do filho Alexandre Ferreira Costa Lima e sua mulher Maria Adriana Barbosa; e esta através das bisnetas Florinda, casada com José da Silva Porto, e

Caetana Francisco, mulher de Lourenço da Silva Porto. Foi o mesmo casal que doou, para patrimônio da igreja de N. Senhora do Rosário, de Russas, parte das terras que, como dote de casamento, a Paula Barbosa transferira, por escritura pública de 29 de setembro de 1745, o seu tio e padrinho Gregório Gracismã de Abreu.

Família dos primeiros dias do Aracati e de origem não lusa é a Sabóia, cujo tronco, no Ceará, é constituído dos italianos de Piemonte, Arcebispo de Formi, Freguesia de S. Cosmo e Damião, Casa d'El Rei de Sardenha, Gabriel Augério e Madalena Bocardo, pais ao aracatiense, doutor Joseph Baltasar Augério de Sabóia, nascido em 1723 e falecido em 1798, casado com Jacinta Maria d'Assunção, filha do baiano Cláudio de Sousa Brito e da cearense Francisca Nunes, de Russas. Desse matrimônio, nasceram, entre outros, o presbítero Carlos Manuel de Sabóia, Luis Carlos de Sabóia, cirurgião licenciado, que, mudando-se para o Município de Independência, antigo Pelo-Sinal, ali deu ao ramo dos Sabóias daquela região (é trisavô do professor, poeta e parlamentar Dr. Beni Carvalho), e Vicente Maria Carlos de Sabóia, que unido matrimonialmente a Maria Clara da Conceição, da família Castro e Silva, formou o galho Sabóia, da zona norte do Ceará, do qual são grandes expressões culturais, o Visconde de Sabóia (Vicente Cândido Figueira de Sabóia), médico do Paço, publicista e Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e o Engenheiro João Tomé de Sabóia e Silva, que foi Presidente do Ceará e seu mandatário no Senado Federal.

Também outra de procedência, não exclusivamente portuguesa é a família Gurgel do Amaral, que, para uns, desce de casal luso estabelecido no século 17 no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, e, para outros, tem ascendência germânica. Dividida em dois grupos, um espalhou-se dali para o sul do país — os Amarais Gurgéis e os Amarais Peixoto; o outro veio fixar-se em Pernambuco e faixa marítima do Mossoró, Rio Grande do Norte, e na área jaguaribana. Este

ramo, no Ceará, emana de José Gurgel (ou Grugel) do Amaral, nascido em Natal, vindo localizar-se no sítio "Porteiras", perto de Aracati. Era filho do fluminense João Lopes de Alencastro e da alagoana Isabel de Jesus Bezerra, tendo-se casado duas vezes. De seu primeiro casamento, com a russana Cosma Nunes Nogueira, salu, afora outros, José Gurgel de Amaral Júnior, que foi avô do Dr. José Aurélio Gurgel do Amaral, jornalista, deputado federal, e do outro Bacharel, Augusto Gurgel do Amaral, jurisconsulto e bom orador, pai do General Humberto de Alencar Castelo Branco, de brilhante carreira na alta oficialidade do Exército Nacional. Filho do dr. José Avelino foram os diplomatas Silvino de Barros Gurgel do Amaral, internacionalista, e Luís Avelino Gurgel do Amaral, embaixador do Brasil junto ao Vaticano e no Peru.

Grandes famílias, ao lado dessas, tiveram as suas raízes no Aracati — os Caminha, os Castro e Silva, os Barbosa, os Alves Ribeiro, esta com os seus desdobramentos: Pereira Pacheco, Antunes de Oliveira, Fidelis Barrosos, Pamplona; Mendes Guimarães, Smith Vasconcelos, Amorim Garcia; Costa Barro.

A família Caminha, no Ceará, é produto do entrelaçamento das descendências dos três irmãos — Antônio, Silvestre e João Batista Ferreira dos Santos Caminha, filhos de Alencastro (filho de Vitorino Gomes Barbosa e Antônia de Alencastro). Ele teve como pai Alexandre Barbosa Caminha (filho de Cosme Gonçalves), e, mãe, Quitéria Ferreira de Santa Eulália (filha de João Ferreira dos Santos, de Morrões, Piauí, e de Leonor de tal). Caminha é o toponímio da povoação portuguesa, de onde vieram. Aquele primeiro irmão Antônio, casou-se com Maria Joana Balbina de Castro, da família Castro e Silva, nascendo deles, entre outros, Silvestre Ferreira dos Santos Caminha, avô de Adolfo Caminha, o reputado romancista nacional.

Do Capitão-mor José de Castro e Silva, aracatiense, filho do pai homônimo vindo da ilha de São Miguel, provêm os



Castro e Silva, de larga difusão, por via de vários entrelaçamentos, e de consistente atuação na vida política do Ceará. O Capitão-mor nasceu em 22 de junho de 1749. João Facunda de Castro Meneses, chefe liberal, assassinado em Fortaleza (1842), Manuel do Nascimento Castro e Silva, Senador, Conselheiro e Ministro do Império, José Lourenço de Castro e Silva, médico e professor, Liberato de Castro Carreira, também médico e Senador no velho regime — são homens de mais indiscutível prol.

Os Barbosas têm origem em Domingos Barbosa de Aguiar, de Olinda, filho de Domingos Fagundes Barbosa (o Tinhoso) e de Leandro Mendes de Aguiar, e casado em 1742, no Aracati, com Jerônima Maria Bandeira de Melo, norte-rio-grandense, filha de Matias Velho Bandeira de Melo e Maria Paiva Paiva Barreto. São filhos do casal: Adriana Maria, que se consorciou com Alexandre Ferreira Costa Lima; José Calixto Barbosa, casado, em 1764, com Rosa Maria de Jesus, de Quixeramobim, pais de João Barbosa Fagundes, casado em 1800, em Goiana, Pernambuco, com Ana Tavares Correia Lima, casal de que descende o dr. Raul Barbosa, Deputado Federal pelo Ceará, Governador do Estado e Presidente do Banco do Nordeste do Nordeste do Brasil; Francisco Xavier Barbosa, nascido em Aracati no ano de 1745, casado com Lourença Maria e Jesus, dos quais nasceu o Capitão-mor Joaquim José Barbosa, de relevante interferência an política cearense, casado em primeiras núpcias com Teresa Maria de Castro e Silva deles nascendo Joaquim José Barbosa, de quem é filha Leonisia de Castro, casada com o inglês John William Studart, que gerou os Studart, cepa ilustre de que são exemplares lídimos o Barão de Studart e seu sobrinho Carlos Studart Filho, autoridades de puro quilate no domínio da História do Ceará; e, outrossim, Teresa Leopoldina Barbosa, casada com o seu primo Joaquim da Fonseca Soares Silva, dos quais derivam os Fonseca, de Fortaleza. Também são da linhagem de Francisco Xavier Barbosa os Leites Barbosa, do Aracati, descendentes de duas de suas netas, filhas de Francisco Xa-



vier Barbosa Júnior — Maria Angélica, casada com José Baptista Leite, e Teresa de Jesus, casada com Miguel Augusto Leite.

Família de vastos desdobramentos é a que procede da célebre Marta Angélica da Costa Oliveira, russana filha do lisboeta Amaro José da Costa e da sergipana Josefa Maria de Oliveira, casada com o português de Leiria, Freguesia de S. Lourenço de Carvide, António José Moreira. Filho desse matrimónio foi o Padre António José Moreira, depois vigário de Fortaleza, nascido em Russas, setembro de 1773, que desempenhou importante papel na chamada Revolução do Equador, de 1824, no Ceará. Três filhas de Maria Angélica foram as geratrizes de vários ramos genealógicos cearenses — Angela Teresa Moreira de Jesus, que se casou com português, negociante no Aracati — Manuel António Alves Ribeiro; Angelica Rosa Moreira, com o português José Mendes da Cruz Guimarães; e Inácia Maria Moreira, com o pernambucano Joaquim Antunes de Oliveira. Da primeira, são oriundos os Alves Ribeiro. Aos Alves Ribeiro ligam-se os Peireiras Pacheco (através de Rosa Cândida Teresa Alves, casada com o minhoto Domingos Pereira Pacheco), os Fideles Barroso (através de Ana Cândida Alves, casada com Francisco Fideles Barroso), os Seve (através de Gertrudes Alves, casada com o português Joaquim Seve), e outro ramo dos Antunes de Oliveira (através de Cândida de Jesus Moreira, casada com o baiano Manuel Antunes de Oliveira, pais do Visconde de Messejana — António Cândido Antunes de Oliveira, grande comerciante e fazendeiro do Aracati, casado que foi com a portuguesa Colomba Perry. Da segunda, por via dos Mendes Guimarães, os Barbosa Cordeiro, de Canindé, e os Smiths de Vasconcelos (1.º e 2.º Barão de Vasconcelos). Da terceira, os Costa Barros, dos quais é máxima figura o Tenente-coronel Pedro José da Costa Barros, primeiro presidente do Ceará-provincia, Ministro e Senador do Império, bem como os Amorim Garcias, que se desenvolveram principalmente no Rio Grande do Norte.

No setor em que acha a cidade de Jaguaruana, primitivamente chamada Catinga do Góls e depois União, com o centro na fazenda Currais, começou no século 18 a família Correia, ou "família dos Currais", ou família Marques, família Rebouças, família Holanda, que se subdividiu secundamente. "O nome Correia vem de Miguel Rodrigues Correia; o de Marques, de Manuel Marques de Oliveira — primeiro tronco paterno; o de Rebouças, de Gaspar Pereira Rebouças Malheiros — segundo tronco materno; e o de Holanda, de Luzia Micaela de Holanda, casada com José Bonifácio Salazar, segundo tronco materno". São desdobramentos — os Rodrigues Santiago, os Correia de Oliveira, os Rodrigues Figueiredo, entre estes, o afamado latinista, Mons. Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo. Entroncam com os Cunhas Pereira, família que se localizou no conhecido Boqueirão do Cunha e descende de Antônio da Cunha Pereira e sua mulher Paula de Souza Cavalcante. "Eram fidalgos — segundo João Brígido — que Jaboação fez entroncar em papas, príncipes e nobres senhores: o que era grande coisa para aqueles homens, embora os não fizesse mais gordos". Gustavo Barroso, ancestralmente, é Cunha Pereira e aos Cunha do Boqueirão dedica um capítulo do seu *Coração de Menino*. (4): Nos fins do século XVII, quando o Ceará amanhecia, estabeleceram-se em grandes sesmarias, no vale do Jaguaribe, vindos de Pernambuco, o Mestre de campo ou Coronel de cavalaria de Ordenanças Antônio Pereira da Cunha e sua mulher, D. Paula de Sousa Cavalcante, descendentes em linha reta de outro coronel ou mestre de campo da ilha da Madeira, Pedro da Cunha Andrade e sua mulher, D. Ana de Vasconcelos, neta de Arnaud de Holanda, bisneta de Henrique de Holanda, Barão de Reinburg ou do Rolemburg, que era cunhado do Papa Adriano VI. Esses Cunhas Pereira provinham de D. Nuno da Cunha, Capitão-mor do Malabar, de Tristão da Cunha, de D. Isabel de Fróis, do fidalgo florentino Cavalcante —, Cavalcanti e de Jerônimo de Albuquerque, ligando-se aos Costa Barros, aos Barbosa Cordeiro e aos Pereira da cruz flori-

da e vazia em campo de goles". Dessa mesma linha eram Mons. Vicente Salazar da Cunha, velho educador em Fortaleza, e o poeta Quintinho Cunha, tão lembrado pelos seus dotes de imaginoso orador e de fino repentista.

Mas, de todas, a que maiores desenvolvimentos teve foi a família gerada pelo casal Luciano Cardoso Vargas — Maria Maciel de Carvalho, de que o citado João Brígido nos dá notícia, conquanto muito omissa. Chama o velho cronista da história cearense a Luciano o "Abraão das várzeas do Jaguaribe", pois a sua prole, atualmente daria para encher uma cidade".

O casal veio de Ipojuca, Pernambuco, e desembarcando nas praias jaguaribanas, no Retiro Grande, a leste do Araçati, em busca de melhor âmbito "para exercer a medicina, na qual era licenciado, preferiu S. João: o que quer ainda dizer que Araçati nada era nesse tempo e tão pouco Russas".

Em São João do Jaguaribe, efetivamente, estabeleceu-se e sem demora passaram as filhas a casar: eram cinco, além dum filho homem, pois que outro varão — Luciano — morrera em estado de solteiro. Há indicações de que nasceram umas em Ipojuca e uma no Cabo.

O filho homem — Antônio Pires Cardoso, casado com a pernambucana Maria de Barros Franco, fixou-se, com o tempo, no lugar Bento Pereira, perto de Russas, e teve o casal vários filhos: Inácia Maria de Jesus, casada, em 1780, com Manuel Moreira de Sousa; Luciano Cardoso de Barros, casado, em 1775, com Catarina de Sousa, filha de Gaspar Ferreira Rebouças, ligando-se, assim, à família Moreira ou dos Currais. Situarão-se no sítio "Borges", Antônio Pires de Barros, casado com Vitoriana Correia Lima; e Ana Maria Maciel, casada em 1789 com o pernambucano Manuel José do Nascimento (filho de Manuel Monteiro de Oliveira Gondim e Ana Quitéria Maria da Soledade). A descendência desse casal é enorme e nela se incluem os Gondim, Maia Gondim, os Delgado Perdigões, os Perdigões Nogueiras, os Ramalho,





os Caracas, e os Ferreiras Lima, de Baturité, os Severianos Ribeiro, os Franklins do Nascimento, os Monteiro de Moraes, a que pertence, ilustrando-a, o Dr. Monteiro de Moraes, médico e professor no Recife.

Das filhas mulheres do Abraão jaguaribano, Caetana Maria Maciel casou-se com Antônio Alves ou Alvares de Carvalho, natural de Lisboa, tendo alguns de seus filhos esposado elementos da família Barreira de Queirós. (38).

Ana Maria Maciel convolou núpcias — a primeira vez, com o português Gaspar Pinto Lopes, e a segunda, com o Sargento-mor André Nogueira Ribeiro, português, deles nascendo Francisco Xavier Ribeiro, de Russas, que casou com Angéla Moreira da Silva, também de Russas, mas filha do português Lourenço da Silva, morador em Jaboatão, e Ana Mônica da Silva, de Goiana; desse ramo, provêm os Mendes Guerreiro e os Chave, de Limoeiro do Norte e circunvizinhanças.

Rosa Maria Maciel ligou-se, pelo casamento, a Manuel Pinheiro do Lago, origem dos Pinheiro, disseminados pelos velhos municípios de Riacho do Sangue (Jaguaretama), Cachoeira (Solonópole) Jaguaribe-Marim, (Jaguaribe), Humaitá (Senador Pompeu) e Quixadá, com metástase na zona do Cariri.

Maria Maciel uniu-se, igualmente, a Semeão da Guerra Passos. Joana Paes Maciel, falecida em 1769, casou-se com João Rodrigues, bracarense, situando-se no sítio Caiçara, Russas. Este casal desdobrou-se largamente, através de seus seis filhos: Antônia Maria, Lulza Maria, Eulália Maria, João, Maria, Francisca e Mariana.

Antônia Maria do Nascimento, nascida em Russas, esposou João Velho de Oliveira Gondim, de Goiana (nascido em 1714 e falecido em 1795), filho de Domingos Monteiro de Oliveira Gondim, do Recife, e de Maria Borges, de Goiana. Uma de suas filhas — Quitéria Maria do Nascimento — casou-se,

em 1780, com o Capitão Antônio Pinto Borges e foram morar em Baturité. Outra — Maria Francisca do Espírito Santo, em 1784, com Vicente Alves da Fonseca, de Olinda, tendo vários filhos dos quais descendem os Lessa, de Quixeramobim, os Paulas Pessoa, da zona norte e centro do Ceará, e os Almeidas e Castro do Ceará e do Rio Grande do Norte. A segunda filha, Luzia Maria Maciel (nascida em 1733 e falecida em 1774), casou-se com o licenciado Francisco Alves Maia Alarcon, de Olinda, que foi Capitão do Regimento de Cavalaria Auxiliar do Jaguaribe e Quixeramobim e era mais conhecido pela alcunha de “o Latinista”, pois era bom conhecedor da língua do Lácio e manteve colégio de reputação no lugar Tabuleiro da Areia (hoje Município de igual nome), fazenda que por volta de 1720 a 1730 havia sido adquirida pelo Padre Francisco Alves Maia, então vigário de Pau-dos-Ferros, no Rio Grande do Norte. Quer a tradição que em 1766 o Latinista lançou aí fundamentos de uma capela, obediante à promessa feita pela mulher, em virtude de um sonho a N. Senhora das Brotas. O colégio de Maia Alarcon teria funcionado até 1793, quando, doente, não mais pôde mantê-lo, vindo a falecer em 1798, deixando grande descendência, que se foi misturando com os parentes — primos e primas — espalhando-se pelo baixo-Jaguaribe, Riacho do Sangue e Morada Nova; Os Maia, com raízes no Cariri, Maias Alarcon, os Moreiras de Sousa, os Gondins. As outras filhas de Joana Maciel também se casaram, legando à genealogia cearense forte contribuição.

Outro patriarca da ribeira do Jaguaribe foi Francisco Rodrigues Lima, que veio do Rio Grande do Norte, Açu, localizar-se na fazenda “Timbaúba”, em Russas, ao lado direito do rio. Casado com Joana Gomes de Lima, constituiu família numerosa que aos poucos se ramificou notadamente com elementos de outras vizinhanças, como a do paraibano José Damião de Oliveira, de Lagoa do Buia, à margem esquerda, e de Manuel Gonçalves Ferreira, pernambucano, a de Manuel Lopes Ferreira, do Apodi, a de Franklin Ernesto

de Sousa Mascarenhas, a de Agostinho José Santiago. São os Rodrigues Lima de Timbaúba, assim muito conhecidos.

Na Ribeira do Icó, a grande família domiante no século 17 é a dos Montes e Silva, que, por assim dizer, encheu a região, a pouco e pouco tomando nos seus diversos desdobramentos nomes diferentes, até desaparecer quase totalmente com o cognome originário.

O maior vulto dessa gente sanfranciscana é Francisco de Montes e Silva, filho de João Montes ou João de Montes Bucarro, um dos partícipes da sesmaria encabeçada por Bartolomeu Nabo Correia. Mas, de sua irmã, Vitória Leonor de Montes, casada com o Alferes Gaspar de Sousa Barbalho, dos Barbalho de Pernambuco, é que sai a maior geração. Muitos filhos: Sargento-mor Manuel de Sousa Barbalho, casado com Isabel de Montes, Pascoa de Sousa, casa com Manuel de Castro Caldas, Tomásia de Montes, Gregório Montes, Ponciana de Souza, João de Sousa Barbalho.

Francisca de Sousa Montes casou-se com Manuel Pessoa da Silva, e teve — Manuel Pessoa da Silva e Maria Pessoa da Silva, esta nascida em Russas, a qual, primeiramente, contraiu núpcias com Vitoriano Correia Vieira, irmão de seu cunhado Pascoal Correia Vieira, residente no rio Truçu, ribeira do Quixelô; em seguida, com o Sargento-mor Manuel Gomes Barreto. Do primeiro casamento, vieram Maria Pessoa da Silva (nascida em 1731), no sítio Jacoca, no Banabuiú, nas proximidades de Senador Pompeu, a qual se casou com Cosme Rabelo Vieira, vianense, Sargento-mor que habitou no sertão da Mombaça, alto-Banabuiú, sendo seus descendentes os Rabelos Vieira e os Rodrigues Machado. Estes últimos promanam do Capitão-mor Manuel Antônio Rodrigues Machado, natural de Fontes de Aguiar, Arcebispo de Braga, casado com uma filha do mesmo Cosme Rabelo — Luzia Maria Pessoa (nascida em 2 de janeiro de 1764), com uma de cujas filhas — Maria José Pessoa da Silva — veio a casar-se o lisbonense Antônio José Girão, que deu nome à família

Girão. O sogro residiu e morreu no sítio "Logradouro", Muniripio de Quixeramobim, indo morar o genro "na data dos Patos", em Morada Nova. Filho do Capitão-mor Manuel Antônio foi o Pe. Ambrósio Rodrigues Machado e Silva, "figura saliente de patriota, companheiro de Mororó, falecido em 1878, na idade de 86 anos".

Outro dos diversos rebentos de Cosme Vieira — Maria Pessoa foi Isabel Correia Vieira, casada com o pernambucano Francisco de Brito Pereira, pai de filho homônimo que, com a mulher — Úrsula Maria das Virgens, habitou a Barra do Sitiá, produzindo os Britos Pereira.

Ponciana de Sousa Montes (falecida em 1771, aos 80 anos de idade) esposou o Capitão Pascoal Correia Vieira, nascido em 1686, filho de Nicolau Correia e Custódio Vieira, ambos da Freguesia de S. Tiago Lenhoso, Portugal Pascoal é nome que se escreve constantemente nos fatos do povoamento do Vale do Jaguaribe, na qualidade de Capitão do Regimento João de Barros Braga, o quase onipotente caudilho na luta pela pacificação ou expulsão dos índios no primeiro século da penetração. Entre os seus filhos está Emerenriana Correia de Sousa, n. em 1715, casada com o Tenente-Coronel Matias Pereira Castelo Branco, natural de Vizeu. Essa prole forma as linhagens Castelo Branco, Costa Leitão, Saraiva Leão, Gomes Barreto e Pimenta de Aguiar.

Muito se discutiu se na realidade, a família Montes e Silva tinha como chefe poderoso, pessoa chamada Geraldo Monte, e velhos cronistas da história cearense o afirmam. Todavia, não há prova de sua existência escrita em qualquer documento. Antônio Bezerra e o Barão de Studart a negam: "Como se explica então — pergunta este — que em todos os muitos documentos, que ora submete à apreciação do leitor, deixa de figurar seu nome, quando figuram os demais chefes? É possível tão absoluto silêncio sobre o vulto proeminente, quando citam-se outros de valia menor, Pois sempre que o Capitão-mor Manuel Francês não dirige-se de Geraldo, o prin-



cipal, para dirigir-se a Antônio Mendes Lobato e Manuel de Souza Barbalho, inferiores àquele em influência e popularidade?" "Acredito, responde o Barão — que na família Monte houvesse um e até mais de um Geraldo, e tanto assim é que, ainda hoje se aponta ao viajante a fazenda dos Orós, teatro das façanhas, diz a tradição, de Geraldo Monte; no tempo, porém, de Mendes Machado, não sei que houvesse membro saliente a família com esse nome". (34).

Extraímos de notas de Soares Bulcão, o mais autorizado dos genealogistas do Ceará, esta parte: "Entre João Brígido, sempre muito adstrito à tradição, e Antônio Bezerra, que muito vasculhou um arquivo para escrever a história do Ceará e as origens dele, prefiro ficar com este. Nas minhas longas escavações por quantos arquivos tenho andado pesquisando documentação para meus estudos genealógicos, tenho sempre verificado que as tradições sobre origens do Ceará, *por mais razoáveis que pareçam, se não são, como diz Antônio Bezerra, uma mentira totalmente inventada, apenas servem para orientar pesquisas que nunca se confirmam. Já não me refiro somente às datas de sesmarias, como Antônio Bezerra, quando procurou refutar João Brígido a respeito do Capitão-mor Geraldo Monte, do Icó, como tronco comum dos Montes do Ceará, devo dizer que tenho manuseado todos os antigos livros do Arquivo eclesiástico existentes na Secretaria do Bispado do Ceará, assim como inúmeros autos de arquivo criminal, hoje recolhidos ao depósito estadual, no Palácio do Governo, em nenhum deles encontrei sequer referência ao nome de Geraldo Monte, pelo menos até os meados do século 18*".

Parece dirimida, definitivamente, a controvérsia.

Ainda no trecho do médio Jaguaribe, outra família se ampliou largamente — a família Carneiro Monteiro. Três irmãos portugueses, do Porto vieram ter ao Recife e daí se passaram ao Ceará: Bernardo José, João Francisco e Antônio Francisco, casando-se este, mais conhecido por "Curteta",

com a aracatiense Francisca Maria do Espirito Santo, filha de Inácio Sanchez del Pozo, de Recife, e Maria do Espirito Santo, de Russas. Desses, nasceu 13 filhos, entre os quais Maria Cândida, que se casou em 1810 com o lusitano José Pereira da Graça, deles descendendo o filho homônimo José Pereira da Graça, que foi o Barão de Aracati, casado com Maria Adelalde Alencastro, pais do notável filólogo e homem de letras, Dr. Heráclito Graça, e avô do não menos ilustre escritor Graça Aranha; e Ricardo Carneiro Monteiro, casado São Paulo com Maria Francisca Gonçalves, filha de Antônio Gonçalves e Emilia Frávia Camargo dos Santos, avós de Maria José, que se casou com Alberto Torres, o admirado sociólogo e doutrinador brasileiro. Nos Carneiros Monteiro se entrosam os Antero, descendentes diretos de José Ferreira Antero, filho do espanhol de Galliza, Antônio Ferreira Antero e casado com a Carneiro Monteiro — Maria, filha de Raimundo Francisco Carneiro Monteiro — o “Bujija”.

Os Duarte Brandão são contemporâneos dos Carneiros Monteiro e têm como tronco os portugueses André Duarte Brandão e Romana Luisa Brandão, casados no Icó. Deles descende Bernardo Duarte Brandão — o Barão do Crato.

Nas ilhargas dos Montes e Silva, estavam os Feitosas, que, ao contrário daqueles, conservaram o espirito de unidade, num endogenismo bastante rigoroso, dominando o Jaguaribe da barra do Jucá para cima.

Descendem do portuguez João Alves Feitosa, casado, em Penedo, com uma filha de Manuel Martins Chaves — e, como ficou visto emigraram os dois irmãos dos Currais de Serinhaém, em Pernambuco, para o Ceará, em 1706, indo localizar-se nas proximidades dos Montes, pois que um deles, Francisco Alves Feitosa, era preso a esta familia pelos laços do cunhadio. Sua primeira mulher era a viúva Isabel de Montes, irmã de Francisco de Montes Silva. A segunda, pertencia aos Cavalcante de Albuquerque pernambucanos — Catarina Cardoso da Rocha Resende Macrina, também viúva; e a ter-

ceira, chamou-se Isabel Maria de Melo, igualmente viúva. O outro irmão veio viúvo de Antônia de Oliveira Leite, com um filho solteiro Lourenço Penedo Rocha, de modo que desse não há descendência legítima.

Francisco Alves Feitosa teve prole abundante dos dois primeiros casamentos e não do último. Os seus descendentes fundiram-se, de modo especial, com os Araújo, Veras e Mourões.

A história belicosa dos Feitosas veio juntar-se, na década de 1830, outro capítulo de raivas e sangueiras, no qual são protagonistas esses Araújo e Veras, empenhados em mútuas atrocidades com a família dos Maciéis ou dos Carlos, que habitavam os sertões entre Quixeramobim e Tamboril "família numerosa, de homens válidos, ágeis, inteligentes e bravos, vivendo da vaqueirice e pequena criação, que pela lei fatal dos tempos vieram a fazer parte grande dos fatos criminais do Ceará". João Brígido dedica a essa luta páginas que devem ser lidas. (7)

Espalhadas pelo médio-Jaguaribe e pelo Banabuiú e Quixeramobim situaram-se várias famílias oriundas das chamadas Sete Irmãs, filhas de Antônio Alves de Carvalho, casado com uma Holanda Cavalcante, vindos de Portugal para Olin-da, onde viveram no Engenho da Cal. Depois é que se deslocaram para o Icó. Aí ficou morando Senhorinha Alves de Carvalho, que se casou com o português Augusto Lopes. Agostinha Alves de Carvalho uniu-se pelo casamento ao judeu Antônio Domingos Sanches, português filho de húngaro: são os fundadores do sítio "Cavalo Morto", hoje cidade de Boa Viagem; viveram também no Icó e por último os Quixeramobim, legando ao Ceará numerosa prole, no meio desta os Pimentéis, os Costa Braga, de Saboeiro, os Nogueira Fernande, os Ramalho, de Quixeramobim. Eugênia Gonçalves de Carvalho, e seu marido, o português Francisco Ferreira de Carvalho, são os autores dos Pitombeira, de Saboeira. De Anacleta da Silva Carvalho, casada em Bom Jesus de Quixelô com o pernambu-



cano Francisco Xavier Ribeiro Campos, moradores no "Poço do Mato", em S. Mateus, hoje Jucás, são produtos os Mendonça, de Iguatu, os Cangatis, os Leais. Antônia Franca de Carvalho, casada, no Icó, com o português José de Oliveira Bastos, são os donos da afamada fazenda "Carcará", onde se formou a povoação de S. Cruz, atual cidade de Saboeiro: os Lima Bastos, os Braga Costa, os Rodrigues Lima, os Bastos de Oliveira, os Pinto Penas, os Gomes, de Quicuncá, os Fernandes Vieira aí se encontram. Estes últimos saem do casamento de Antônia Franca, filha da mãe homônima com o português João Batista Fernandes Vieira: são os pais de Francisco Fernandes Vieira, Visconde do Icó, espécie de Creso do sertão, rico de economias e gados e de descendentes que se ergueram na Cultura e na Política do Ceará.

Na sucessão de núcleos parentais que se organizavam e floresciam, cruzando-se reciprocamente, para, no conjunto, consubstanciarem a gente jaguaribana, bem se há de retirar a seu índice étnico, cristalizado no predomínio de uma subbrandidade, mistura de brancos e mamalucos, sobre a brandidade puramente européia e sobre as mesclas ou gamas raciais mais pardas. Do negro africano, pouco restou no sangue cearense, pois o caráter pastoril-econômico-social, que se ia modelando com segurança, não o exigia como necessidade básica ou fundamento, qual se dava no complexo ritmado dos engenhos-de-açúcar e no *ferret opus* das minerações: servia a escravatura quase exclusivamente aos misteres mais domésticos e, daí, o seu pequeno número. O afro no Ceará pode dizer-se diminuto. Nunca passou de 36.000, até o dia da libertação, em 1884. De índio, embora mais que dos pretos, a miscigenação adquiriu maior amplitude nas missões religiosas, desfeitas com o tempo, para deixar nas vizinhanças o traço do *caboclo*. Ainda hoje se fazem referências aos caboclos de Baturité, aos caboclos de Monte-Mor (Pacajus), aos caboclos de Parangaba, de Messejana (Paupina), de Caucaia.

A máxima percentagem de tipos raciais constitui-se de representantes europeus e europeus-brasileiros, no cômputo



geral da população do Ceará, no primeiro século de povoamento, para aos poucos ceder a mistura em mais larga escala. Como bem se pode observar do que ficou dito sobre os povoadores originários, no Vale do Jaguaribe os ádvenas da conquista do território — sesmeiros, co-sesmeiros e seus sucessores eram na maior parte pernambucanos norte-rio-grandenses, baianos-via Pernambuco, portugueses natos. De boa qualidade, é de dizer-se.

Só faltava a conquista definitiva do Cariri e seria ela feita por baianos e sergipanos mais do "sertão de dentro". Vimos, de palavras do Pe. Antônio Gomes de Araújo, que se não foram eles os sesmeiros originários na posse dos ubertosos baixios araripenses, na realidade vieram "por acostamento, aforamento e compra", nele definitivamente instalar-se. Co-povoadores — na expressão mesma do historiador. Teve o Padre Gomes a paciência de por à luz, em fichário alfabético, os nomes que dormiam pesadamente nos livros arquivados, de quantos "filhos da terra de Moema, pertinazes e heróicos", passaram a integrar a vida econômico-social do Cariri, muitos projetando-se como proprietários de sítios e riquezas e como geradores de grupos familiares de respeito e renome no cenário humano da bela região que se derrama, verde e feliz, da imponente horizontalidade da serra circulante. São mais de 400 indicações extraídas de registros de batizados e casamentos referentes "à área correspondente aos territórios dos modernos municípios do Crato, Barbalha, Milagres, Brejo Santo e Juazeiro do Norte". Intrusão também de qualidade boa.

Noutro estudo — *Raízes Sergipanas* (17), o Padre Gomes de Araújo especifica os nomes de sergipanos que encontrou, em idênticas pesquisas. Vindos rio Salgado-acima e saídos de Atabaiana. Porto da Folha. Propriá, Vila Nova, Mucuri, Cotinguiba. Acha que o número desses colonos, "convergentes na formação do complexo social do Ceará, está aquém daquele calculado por certos cronistas". Encontrou —

afirma — traços visíveis de sua presença apenas nos vales de Barbalha, Missa Velha e Crato, ou seja, no coração desta zona. Alguns surgem positivos. Em Missão Velha, a aristocracia rural dos Correia da Silva. Segue-se o Coronel João Mendes Lobato, o único elemento da família Lobato a permanecer e morar nesta zona. Os outros apenas demoraram onze anos, 1714-1725, quando adquiriram terras calculadas em 70 léguas quadradas, que venderam a retalho”.

Cita-os, do mesmo modo alfabeticamente, a começar pelo Capitão Antônio Pinheiro Lobo de Mendonça, casado com Joana Bezerra Monteiro de Meneses, pernambucana “Portam-lhe o sangue os Pinheiro e os Bezerra de Meneses”. Dá destaque a Francisco de Magalhães Barreto e Sá, de S. Antônio do Urubu-de-Baixo, casado com Maria Polucena de Abreu Lima, da Vila Nova da Rainha. É considerado o fundador de Batalha. “Autêntico Abraão, seu sangue circula, vigoroso, nas veias das famílias principais de Barbalha, tradicionais e ilustres: Sá Barreto, Coelho, Sampaio, Correia, Calou, Garcia, Duarte e outras, todas nucleares”.

De Filipe Teles de Mendonça, casado com Teresa Joaquina de Jesus, descendem os Teles, em que se incluem os Cartaxo. D. Antônio Ferreira Lobo, casado com Rita Perpetua vêm os Lobo e os Macedo.

## SEQUENCIA DA EXPANSÃO DEMOGRÁFICA

Sabido é que os aglomerados de população ou concentração humanas, segundo os mestres da Geografia Humana, ora são *passivos*, ora são *ativos*. Os primeiros, os em que a importância numérica e a localização geográfica de tais concentrações se acham mais diretamente em dependência com as condições ou causas naturais, ou — noutras palavras — onde “os homens crescem e se multiplicam como crescem as plantas sob a ação fecundante do meio”. Os segundos, aqueles em que o homem tem de corrigir constantemente as condições menos favoráveis do meio, à custa de um esforço continuado e de técnicas especiais: “os homens se multiplicam, não para gozar passivamente os recursos oferecidos pela natureza, mas para criar novos meios de existência à custa dela”. (14)

Bem óbvio. A fartura e a carência — antípodas — impõem trabalho diferente ao homem: menos ali, muito mais aqui. Porque o ideal para a satisfação de suas necessidades vitais é contar com o máximo de elementos adequados, e, quando carentes estes, ele os tem de procurar. A vida animal nela a do *homo* — é um imperativo de subsistência, para a sobrevivência, até de alguns minutos, se lhe falta o ar da respiração, ou de poucos dias, se lhe vem a sede, a fome não mitigadas.

O Nordeste Brasileiro, o semi-árido, o Outro Nordeste, não presenteada o homem com a felicidade de nascer como as plantas, alimentadas pela fecundez ambiente. É, antes, um campo de suor e canseiras abundantes. Tem-se que vencer a natureza, o meio geofísico, modificá-lo para que a vida se torne vida e não bruto sacrifício. Os carrascais, as caatingas, os tabuleiros amplos, com a sua florística muito ingrata, requerem que os braços dos que os exploram trabalhem sem muito lazer. E o Vale do Jaguaribe é um retalho ou pormenor dos xiquexiques e pedroiços, das "coroas" e várzeas nordestinas. Talvez nenhum trato de geografia seja tão nordestinamente típico ou peculiar como a bacia jaguaribana. É, de fato uma síntese, um corte transversal do lastro pobre, sem margem para uma "concentração passiva". Há uma literatura de ficção e literatura científica.

A maneira mesma como a insinuação civilizadora se realiza dará o sintoma da lentidão do seu crescimento dêmico. A terra *res nullius*, terra de ninguém, dum Rei distante, tocava, na divisão, muito para cada um: léguas de chão retidas num só posseiro. Cada fazenda de gado, longe das outras, não era favorável ponto de afluxo ou adensamento, porque o criatório não pedia mais que alguns vaqueiros.

Cem anos principiada a devassa territorial, e a estatística nos traz aqueles algarismos, já citados, de apenas 3 vilas em embrião, 7 freguesias eclesiásticas, 554 fazendas, 5074 fogos e 15.361 pessoas, em 1788, numa superfície metade do Ceará. Cerca de 70 mil km<sup>2</sup>.

Ainda de acordo com a ciência de Brunhes, as cidades, expressão por excelência de intercâmbio social e da conjugação dos esforços humanos, podem ser consideradas, por isso, em todos os tempos, o melhor sinal geográfico da civilização — e, encerrada a centúria 18, no Jaguaribe não havia nenhuma. A própria sede do governo da Capitania, ainda em 1810, quando a visitou Henry Koster, não contava 3.000 habs., e só mereceu e categoria de cidade em 1823. "Não passava de pe-



quenas ruas com edifícios, casebres de barro e telha, choupanas de carnaúba à margem do rio Pajeú”.

O naturalista João da Silva Feijó, que muito conheceu as coisas cearenses, legando-nos interessantes Memórias, numa delas, no começo do século 19, ainda apresentava uma tela assim: “Sendo esta Capitania tão vasta, é de admirar a sua diminuta e desfalecida população, que apenas montará a 150 mil habitantes de todas as classes, e estes pela maior parte de péssima qualidade; porque uns são índios originais do país, entes de si mesmos ineptos para se felicitarem ou para fazerem a felicidade dos outros, ou seja por natureza e sua constituição física, ou por falta de educação, ou por algum capricho particular; outros são provenientes destes com os negros, cuja raça indígena constitui o maior número dela, conhecido com a vil denominação de *cabras*; outros são nascidos dos mesmos índios com os brancos, que faz uma diminuta parte da população, verdadeiros mamelucos, porque há outra raça impropriamente assim chamada, proveniente de mistura de todas as classes entre si; a classe enfim mais diminuta dos brancos, oriundo de Portugal, uns e outros, porque o país lhes é favorabilíssimo, por lhes subministrar com liberalidade multiplicados meios e fácil subsistência, na abundância de raízes ou batatas e de infinitos frutos silvestres e de imensa caça e pesca, por isso mesmo de ordinário muito preguiçosos e indolentes, com particularidade os índios, cabras e mamalucos, que são em extremo vadios, dissolutos de costumes e cheios de vícios, que podem produzir no coração humano uma vida licenciosa no centro da mais crassa ignorância, donde provêm neles a falta de sentimentos e virtudes morais, e outros vícios já pouco estranhados contra todos os os direitos da natureza e da sociedade’ (11).

O depoimento do cientista é por demais cético e foge, porventura, ao melhor exame da realidade, no tocante à liberdade da geofísica de “multiplicados meios de fácil subsistência” — raízes e batatas e frutos do mato, pesca e caça, o que não pode destruir a carência de semi-aridez, exacerbada, de

períodos curtos, pela miséria e o aniquilamento que ao homem, à fauna, à flora, impõem as secas, ou estiagens demasiadamente prolongadas.

“As secas — preferimos salientar com palavras de Pompeu Sobrinho, autoridade indiscutível — como ordinariamente entendemos, são fenômenos físico-sociais. Oferecem uma face física e outra humana, que se entrosam, mais ou menos intimamente, produzindo efeitos de ordem social, cuja morfologia é função de algumas variáveis independentes; destas, as mais importantes são a densidade demográfica da região assolada e o nível cultural das populações atingidas. Uma grande estiagem em região deserta, evidentemente não tem repercussão social o fenômeno e simplesmente de ordem física ou geográfica. Mas se numa região densamente povoada, ocorrem anos de pluviosidade muito baixa, de estiagens que impossibilitem o cultivo ordinário do solo, região desamparada de elementos artificiais de resistência, o fenômeno age diferentemente sobre a população e a ordem econômica, conforme o nível cultural dessa comunidade. Num meio atrasado, a ruína pode ser completa e arrastar o despovoamento ou uma grande redução demográfica, pela emigração forçada ou a morte pela fome, depois de enormes sofrimentos. Mas, se tal deficiência de chuvas incidir do mesmo modo num território em que a população goza de uma cultura geral refinada, os efeitos da irregularidade climática podem ser quase completamente anulados e não trazer nenhum abalo econômico ou de qualquer natureza social. Toda uma gama decrescente de conseqüências desastrosas se interpõe regularmente de um a outro extremo”. (22).

Tem-se que levar sempre em conta ao apreciar a expansão demográfica do Nordeste, onde os elementos e meios de vida caracterizam o subdesenvolvimento, esse fator iníquo, violento às vezes na deformação, senão desconjuntamente, do equilíbrio bio-sócio-econômico regional.

Infelizmente, para fazer-se bom levantamento das verdadeiras causas e efeitos da expansão dêmica no Ceará e por-

tanto, na área do Jaguaribe, não existem informações mais precisas e seguras. Os relatórios oficiais e as memórias monográficas são fracas e somente deduções fracas autorizam.

A memória deixada pelo governador Luís Barba Alardo de Meneses, de 1814 (20), confirma os dados do naturalista Feijó. A estatística doutro governador, Manuel Inácio de Sampaio (1813), mais minudente, encontrou (ressalvadas as omissões, principalmente as dos vigários, “pelo interesse que têm de ocultar a verdadeira população de suas respectivas freguesias, com receio de alguma futura divisão”) — 145.285 hab. na Capitania toda, dos quais 81.917 na comarca do Crato e no juizado de fora do Aracati, abrangendo uma e outro toda a bacia jaguaribana. Aquela comarca compreendia as vilas de S. João do Príncipe (Tauá), Crato, Jardim, Lavras, Icó e Quixeramobim. Esse juizado, as vilas de S. Bernardo (Russas) e Aracati.

No relatório de agosto de 1839, da autoria do Presidente da Província, João Antônio de Miranda, lê-se: “Em 1839, pelos dados colhidos na Secretaria da presidência, como preliminar do arrolamento que se devia proceder em 1841, em cumprimento da lei de 1839, orçava-se a população (do Ceará) em 202.087 almas, das quais 193.206 livres e 14.881 escravas.

Em 1850, já era estimada em 310.000. Mais da metade no Jaguaribe. Em 1836, o Senador Pompeu apuraria 317.836 livres e 32.229 escravos, num total de 400.065. E em 1863, o mesmo geógrafo, já agora publicado o seu *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, dizendo-se “fundado na reconhecida proliferação dos habitantes da província, favorecida por excepcional salubridade do sertão, e admitindo que as perdas ocasionadas pelas secas são sobejamente compensadas pela imigração das províncias limítrofes para o vale e serras do Cariri, Baturité, Serra Grande, Meruoca e outros lugares mais ou menos preservados dessa calamidade” — mostra quadro numérico em que a população cearense atinge a cifra



de 503.759 bahts, sendo 468.318 livres e 35.441 escravos. Extraídos do mesmo quadro os municípios e termos formadores do Vale do Jaguaribe, a população deste era de 280.883 pessoas.

Efletivamente, os fundamentos de Pompeu sobre a proliferação do cearense e a salubridade dos sertões são verdadeiros.

O princípio de demologia é que o aumento de uma população varia com a sua ecologia favorável, fornecendo-lhe aquilo de que necessita para sobreexistir e desenvolver-se, e nesta hipótese, no Nordeste, sendo frágil o sustentáculo ecológico, não cresceria a população satisfatoriamente. Outra tese para o equilíbrio numérico dos agrupamentos de população são fatores essenciais à natalidade e à mortalidade, e nos sertões nordestinos, normalmente, aquela supera esta vantajosamente. Sabe-se como são comuns, quase a regra geral, as famílias numerosas no Nordeste. A prolificidade restitui os desfalques da letalidade, estimulando o crescimento populacional, sem precisar de reforços fora, de imigração. Daí a linha assencional do conjunto demográfico nordestino.

Os recenseamentos feitos no Ceará, desde o geral de 1872, acusam esse crescimento constante, resultado de puro incremento, pois que nele não houve, não há, a vinda de imigrantes, quer estrangeiros, quer doutras unidades brasileiros. O que vem destas é sobremodo pequeno.

Entretanto, com a infiltração, pelos sertões, da via-férrea — a Estrada de Ferro de Baturité, verifica-se certo adensamento, visto como carreava esta para ali novos elementos humanos e novos costumes e métodos, chegando, gradualmente, a Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Acopiara, Igatu, Lavras da Mangabeira, Aurora, Missão Velha, Crato, que receberam até então não esperados elementos de vida social e de comércio. Alguns centros de população se formaram e progrediram admiravelmente, como é o caso de Cedro, cidade filha de "fim de linha". (1945).



No Cariri, já desde longo tempo, observou-se incessante afluência de naturais de outras terras — baianos, alagoanos, pernambucanos, paraibanos, piauienses — procurando Juazeiro do Norte com o seu discutido taumaturgo — o Padre Cícero Romão Batista. Inúmeros “romeiros” chegavam, acomodavam-se ao ambiente (e ainda o fazem) e misturavam-se racialmente com a gente local, atrapalhando ainda mais a composição étnica da região. E tamanha foi a sua quantidade que a primitiva capelinha de Tabuleiro Grande, levantada em 1827 à margem do riozinho Batateira, acabou por transformar-se na segunda mais populosa cidade do Estado. Tem cunho grosseiramente místico, descendendo ao fanatismo, este êxodo de atração, imigratório, ainda persistente, do seu móvel milagreiro.

Joaquim Alves resumiu com exatidão: “O vale do Cariri é o centro de convergência das populações da bacia do São Francisco, atraídas, durante mais de meio século, pela lenda de Juazeiro do Padre Cícero. Homens das populações rurais de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Piauí e Estados mais remotos, como Goiás, procuravam a cidade caririense para o pagamento de suas promessas, consultas ao Padre Cícero, e transações comerciais. Dezenas de milhares vieram pelas velhas estradas dos sertões à procura de um alívio para o seu espírito, sequioso da comprovação das verdades espirituais. Milhares fixaram-se no vale, outros tantos ficaram fazendo a peregrinação de Juazeiro, num intercâmbio constante de idéias, de sentimento. A afluência que exerceram essas migrações de caráter religioso foi notável pela persistência do seu reflexo na vida regional. Uma das conseqüências imediatistas da convergência das populações marginais do S. Francisco foi o crescimento populacional do Juazeiro. O município de população mais densa do Estado, refletindo o excesso de emigrantes para o municípios vizinhos, concentrando-se nas proximidades do santuário de sua devoção”.(2)

Também as chamadas obras contra as secas, que no governo do Dr. Epitácio Pessoa na Presidência da República re-

ceberam cuidados mais sérios, contribuíram para a concorrência de adventícios nas áreas jaguaribanas — os “cassacos” de toda parte atraídos pelos serviços públicos na construção de grandes açudes e de estradas de rodagem. A tentativa de levantamento das barragens de Orós, Poço de Paus e outros, com a aparatosa deslocação de máquinas de toda espécie e a mobilização de pessoal técnico e de operários, foi outra porta aberta à entrada de levas de homens e famílias interessados em engajamento nas obras, chegados ao léu, sem direção nem resistência. Muitas dessas famílias não mais retornaram ao seu habitat e se agarraram ao solo por ali, fosse como fosse. Por outro lado, o preparo afanoso de rodovias, furando as matas sertanejas, vem trazer para a facilidade das comunicações e para a melhoria das condições econômico-sociais novo fator de modificação na facies do interior — o automóvel, o caminhão, cujas rodas traçaram realmente para o Nordeste o esboço de uma nova era promissora. E foi o Vale do Jaguaribe talvez, o maior cenário dessas transformações benéficas. Não fugimos de repetir o que dissemos antes: Os serviços da Inspetoria de Secas, feitos atabalhoadamente, mal começados uns, ficando em metade outros e só muito poucos chegados a termos, injetaram no sertão bisonho a porção de sangue novo necessário ao aceleramento do sistema circulatório na fisiologia meio esclerosada do Nordeste. O automóvel e o “cassaco” mostraram ao matuto coisas desconhecidas, idéias novas, desusos novos, vontade nova, e o transfiguraram. O comércio passou do costado da burralhada para a boléia dos caminhões, mais lépidos. E se fez mais fácil e, por isso mesmo, mais intenso, mais extenso. Os jagunços, e mandões criminosos assustaram-se com o barulho dos motores de explosão e retraíram-se e desapareceram. As moças das casas de fazenda, que só ouviam o mugido dos bovídeos e a cantarela dos vaqueiros, viram os moços de fora — engenheiros e feitores de obras, que as tiraram de lá, como boas esposas, para as febricitações das cidades. Os “coronéis” do mato leram os jornais e ficaram sabendo aquilo que igno-

ravam. Uma concepção diferente da vida transformou velhos hábitos,, velhas usanças e destruiu preconceitos. O Nordeste reviveu, forjou-se para a luta moderna e o Ceará foi a tenda em que se caldeou a nova têmpera. Com a facilidade dos transportes e das comunicações os produtos se valorizaram e outros vieram integrar o parque de sua exportação. Os açudes verdejaram varzeas incultivadas, deram estabilidade maior aos currais e alimentaram melhor os engenhos e as fábricas de beneficiamento. Os três fatores da produção entenderam-se mais de perto e se harmonizaram mais concordantemente: a natureza mais corrigida insinuou-se a um trabalho mais orientado com os auxílios de capital mais presto e mais vantajoso. (15)

Mais recentemente, o Vale Jaguaribano ganhou outra fonte de engrossamento demográfico e de progresso — a estrada BR-13, varando-o de começo a fim, desde as margens do Palhano até os limites de Pernambuco. Pode-se bem imaginar que resultantes ótimas surgem dessa via de comunicação e transporte ligando o Ceará ao sul do País, trazendo e levando cargas e paus-de-arara para tantos desideratos diferentes.

As estradas são em si um conforto e uma estimulação civilizadora e para o Vale do Jaguaribe esta a bem dizer concretizou os seus objetivos. Além de outros positivos benefícios, pode dar ânimo novo, revivência, a velhs e decadentes centros de população, tais como Russas, Jaguaribe, Icó, saídos agora do emocional culto do seu passado, dos seus "belos tempos" para os chamados inevitáveis da vida moderna. Russas, como já tivemos ocasião de escrever, tornou-se novamente o centro de irradiação da zona jaguaribana, retomando aquela posição invejável que a caracterizava em épocas passadas, como sede de uma gente aristocrática, amante das letras e das artes. Por muito tempo foi considerada a terra dos músicos, dos talentos, tendo produzido homens de notável projeção na vida do Ceará e do País. De sua vez, Icó teve os louros de ser a sede de grande, senão o maior

centro de comércio e vida social do Ceará na última metade do século 18 e até o penúltimo quartel do século passado. Por seu intermédio é que se faziam todos os negócios e relações entre as Províncias de Pernambuco, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte e as zonas centro e sul do Ceará e a Província do Piauí. "Era a Princesa do Sertão", com os seus sobrados, os seus azulejos, o adiantamento aristocrático, os seus filhos ilustres.

Estão aqui apenas aflorados aspectos da progressão demográfica do Vale Jaguaribe, que por certo merecem maiores desenvolvimentos e exame de mais profundidade interpretativa, num survey bem inspirado que leve a interpretação a nível seguro e útil. Neste esforço, contentamo-nos com indicá-los.



## B I B L I O G R A F I A

1. ALMEIDA, Manoel Esteves de — Registro de memória dos principais estabelecimentos factos, e casos raros acontecidos nesta Villa da Santa Cruz de Aracaty... Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1:83-86, 1887.
2. ALVES, Joaquim — O Vale do Cariri. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 59:94-133, 1945.
3. ARAÚJO, Antônio Gomes de, sac. — Itaytera, Crato, 1:4, 1955.
4. BARROSO, Gustavo — Coração de menino. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa, 1939, p. 164.
5. BEZERRA, Antônio — Algumas origens do Ceará. Fortaleza, Tip. Minerva, 1918. p. 88, 103, 125, 130, 132, 136; 178, 211.
6. BRAGA, Renato — Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste. Cultura Política, 38: 70, maio 1944.
7. BRÍGIDO, João — Ceará e fatos. Rio de Janeiro, Tip. Resnard Frères, 1919. p. 264.
8. CATUNDA, Joaquim — Estudos de história do Ceará. Fortaleza, Tip. do Libertador, 1886. p. 133.

9. CORREIA, Luís José — Carta a Dlogo de Mendonça Corte Real em 17.2.1753. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 35:244, 1921.
10. DATAS e Sesmaria do Ceará — Fortaleza, Tip. Eugênio Gadelha, 1920. v. 1. p. 87.
11. FEIJÓ, João da Silva — Memória sobre a Capitania do Ceará. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 3:22, 1889.
12. GALVÃO, Hélio — Pesquisas e notas, Bando, Natal, 1618): 1, 11, 17, dez. 1950.
13. GIRÃO, Aristides de Amorim — O homem e os outros homens. In: ————— Geografia humana, Porto Portucalense, 1946, 383 p.
14. GIRÃO, Ramundo — História econômica do Ceará. Fortaleza. Ed. "Instituto do Ceará", 1947, 460 p. (Coleção Instituto do Ceará, monografia, 12) p. 433.
15. GOEJE, C. H. de — O Cariri Nordeste brasileiro. Trad. de alemão por Osvaldo de Oliveira Riedel. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 64:210-251. 1950.
16. GOMES DE ARAÚJO, Antônio — Razes sergipanas Itaytera, Crato, 3(3):3-41, 1957.
17. GONÇALVES DE MELO NETO — Estudo da história seiscentista. Fortaleza, Tip. Minerva, 1959. (Coleção História e Cultura dirigida pelo Instituto do Ceará). Cap. 1.
18. LIMA, Nestor — Revista do Instituto do Rio Grande do Norte, Natal, 35/37:279.
19. LOPES NETO, Simões — Anais da Biblioteca Pública Pelotense, 2:106.

20. MENESES, Luiz Barba Alardo de — Memória sobre a Capitania independente do Ceará grande escrita em 18 de abril de 1814. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 11:36, 1897.
21. PEREIRA DA COSTA — Cronologia histórica do Piauí.
22. POMPEU SOBRINHO — História das secas (Século XX). Fortaleza, A. Batista Fontenele, 1953, p. 19.
23. ————— — As origens dos índios cariris Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 64:314.349, 950.
24. ————— — Povoamento do Nordeste brasileiro. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 51:107.162, 1937.
25. ————— — Retrado do Brasil, pequenos retoques. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 43/44; 145-246, 1929-30.
26. ————— — Tapuias do Nordeste. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 53:221-235, 1939.
27. SAINT-HILAIRE, Augustin de — Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821). Trad. de Leonam de Azeredo Pena. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939. p. 85 (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Ser. 5. Brasileira. 167).
28. SALVADOR, Vicente do, sac. — História do Brasil, 1500-1627. Rev. por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venancio Willeke. 5. ed. Apresent. de Aureliano Leite São Paulo Melhoramentos 1965. p. 387.
29. STUART, Barão de — Datas e fatos 1:205, 212.
30. ————— — Esboço histórico sobre a Província do Ceará, Fortaleza, 1869. v. 1., p. 131.

31. ————— — Notas. p. 58.
32. ————— — Notas para a história do Ceará Lisboa, Tip. do Recreio, 1892, caps. 1-2.
33. ————— — Ouvidoria e ouvidores do Ceará. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 36:60-73, 1922.
34. STUDART, G. — Inéditos relativos ao levante ocorrido na ribeira do Jaguaribe no tempo de Manuel Francês e do Ouvidor Mendes Machado, que fazem parte. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 10:149, 1896.
35. STUDART FILHO, Carlos — Notas históricas sobre os indígenas cearenses. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 45:53-103, 1931.
36. ————— — Resistência dos indígenas à conquista e povoamento da terra. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 75(19): 163-208, jan-dez., 1961.
37. ————— — Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 72:15.
38. TORCAPIO, R. — Algumas linhagens de famílias do sul do Ceará. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 38:327-341, 1924.

Este trabalho, solicitado pela SUDENE, eu o preparei para constituir a Primeira Carta do volume "Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe", publicado em 1967 pelo GEVJ (Grupo de Estudo do Vale do Jaguaribe), como melhor citação à palestra que me cabe proferir no Congresso Nacional de Institutos históricos, de iniciativa do Instituto do Ceará (histórico, geográfico e antropológico), achei por bem reproduzi-lo, a fim, aliás, de que fosse mais divulgado no Ceará, dada a importância do assunto, ligado diretamente ao seu povoamento, principalmente no século 17 e 18.



Agora, notadamente no que tange à ocupação da região do Cariri (Cariri Novo, cearense) a matéria se enriqueceu com a publicação do livro "Povoamento e Povoadores do Cariri Cearense (Secretaria de Cultura e Desportos, Fortaleza, 1985) de autoria de escritor Joaryvar Macedo, no qual o autor estuda mais profundamente referida ocupação por destemidos colonizadores baianos, pernambucanos, alagoanos, sergipanos, paraibanos, rio-grandense do norte e maranhenses. Para chegar à conclusão de que as interferências dos sermeiros paraibanos, norte rio-grandenses e até portugueses de origem foram mais consistentes, inversamente do que se aceitava dantes. Tudo bem documentado na obra do professor Joaryvar Macedo, lavrense que se radicou profissional e culturalmente na cidade de Juazeiro do Norte, tendo aí fundado o atuante Instituto Cultural do Vale Caririense, do qual foi o Primeiro Presidente. Atualmente ocupa o cargo de Secretário de Cultura do Estado, com a eficiência e a excelente orientação ditadas pelas suas vistosas capacidades intelectuais.